



LEOPOLDO SILVA

Jefferson quer depoimentos

Testemunhas
vão depor no
processo contra
Renan Calheiros

PÁGINA 11

Governo terá
de usar pregão
para obras de
até R\$ 3,4 mi

PÁGINA 6

Negligência
da família na
raiz da evasão
escolar

PÁGINA 8

e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 17



Debate e negociação marcam exame da CPMF

Audiências com ministros, ex-ministros e especialistas dão continuidade a negociações entre governo e oposição para prorrogar a

vigência da contribuição. Entendimentos, que abrangem regulamentação da Emenda 29, podem resultar em mais verba para saúde.



ELZA FIUZA/ABR

Jereissati, Sérgio Guerra, Jucá, Mercadante, Mantega e Virgílio (da E/D) abrem diálogo governo-oposição e discutem prorrogação da CPMF

PÁGINA 3

Estado tem o desafio de gastar menos e melhor

A despesa do governo federal passou de 23% para 31% do produto interno bruto (PIB) entre 1995 e 2005. Esse aumento de gastos,

entretanto, não foi acompanhado de uma melhoria na prestação de serviços ao cidadão, como atestam os especialistas no assunto.



No Rio, a favela Belém-Belém, com o estádio Engenhão, usado no Pan: especialistas questionam eficiência nos gastos públicos

PÁGINA 7

Mais rigor na punição para quem “lava” dinheiro

A punição da lavagem de dinheiro pode se dar independentemente de ser vinculada a um crime antecedente, como o tráfico de drogas.

PÁGINA 5

Senado dá um passo na consolidação das leis

Mudança no Regimento da Casa faculta a qualquer senador ou comissão a iniciativa de projetos que visam organizar a legislação brasileira.

PÁGINA 10

Cidadania

Calma e bom senso, passaportes para escapar da crise financeira

Crise financeira não abala apenas o bolso. Também as emoções e a vida familiar podem ser duramente atingidas, dependendo de como se

enfrenta o problema. O *Especial Cidadania* traz dicas para lidar com a dificuldade e reduzir os diversos tipos de impacto na vida pessoal.

PÁGINA 20

TRIBUTAÇÃO Conversas em torno da prorrogação do imposto permeiam negociações entre governo e oposição

Ministros e analistas se reúnem para debater CPMF

Quatro ministros, dois ex-ministros e vários especialistas protagonizam nesta semana no Senado uma sequência de quatro debates sobre proposta de emenda à Constituição (PEC 89/07) que prorroga até 2011 a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Os encontros, organizados pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e marcados para terça, quarta e quinta-feira, darão continuidade às negociações iniciadas há duas semanas e que na semana passada contaram com uma participação mais efetiva do governo federal.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega – um dos debatedores de quinta-feira ao lado dos também ministros Paulo Bernardo (Planejamento), José Gomes

Temporão (Saúde) e Patrus Ananias (Desenvolvimento Social) –, recebeu em almoço lideranças do PSDB e do governo (*matéria ao lado*). Eles trataram de pontos específicos que poderão resultar em acordo para aprovar a prorrogação do imposto sem alterações, caso contrário a proposta retorna à Câmara dos Deputados, o que colocaria em risco a arrecadação da CPMF no início de 2008.

Pouco antes, em café da manhã no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os presidentes do Senado, Tião Viana, interino, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, discutiram as propostas que aumentam recursos para o sistema público de saúde (*matéria abaixo*), como as medidas previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a regulamentação da Emenda 29, que vincula recur-



Aloizio Mercadante, Guido Mantega e Arthur Virgílio: almoço dá a partida para prorrogar CPMF

sos orçamentários para o setor. Senado e Câmara estão prestes a aprovar projetos nesse sentido. Como o destino principal da arrecadação da CPMF é também a saúde, um entendimento para prorrogar o imposto deverá passar por essas votações.

Além dos ministros, os debates na CCJ contarão, entre outros, com os ex-ministros da Fazenda Antonio Palocci e Pedro Malan, o ex-secretário de Política Econômica Marcos Lisboa, os presidentes da Fiesp, Paulo Skaf, e da Febraban, Fábio Barbosa, e o tributarista Ives Gandra Martins.

PSDB defende conversas, mas mantém desconfiança

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), defendeu a negociação do seu partido com o governo em torno da emenda que prorroga a CPMF, mas advertiu sobre a possibilidade de impasse ao relatar em Plenário o encontro com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, do qual participou ao lado dos também tucanos Tasso Jereissati (CE) e Sérgio Guerra (PE), além de Aloizio Mercadante (PT-SP) e Romero Jucá (PMDB-RR).

– Não vi reação negativa do ministro, mas se amanhã a resposta não for aceitável, factível e justa, tomaremos uma decisão em comum acordo com os deputados da nossa bancada [que votaram contra a prorrogação]. O impasse significaria rejeitarmos a CPMF e apoiarmos o parecer de Kátia Abreu (DEM-TO) – afirmou.

Conforme o senador, o PSDB apoiará a emenda se o governo enquadrar-se na Lei de Responsabilidade Fiscal; investir mais recursos na saúde; reduzir em 0,2 ponto percentual ao ano os gastos em custeio; desonerar um ou mais tributos; reduzir a alíquota da CPMF; e aprovar em 12 meses a reforma tributária.

Arthur Virgílio negou que o arquivamento da denúncia con-

tra o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), acusado de utilizar o “valerioduto” na campanha para governador em 1998, no chamado “mensalão tucano”, tenha feito parte da negociação. Ele classificou como “desrespeitoso” o que a imprensa tem escrito a respeito das conversas entre PSDB e governo.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou que, mesmo contrária à proposta, defende a prorrogação, mas um possível acordo deve englobar reforma tributária, pacto federativo, gasto público e processo eleitoral. Por sua vez, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestou descrença de que o governo Lula pretenda reduzir a carga tributária ou elaborar “uma reforma tributária competente”.

– Não acredito na sinceridade do governo. A preocupação do PSDB é de discutir com liberdade o assunto, mas o objetivo é acabar com essa contribuição – disse.

Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) voltou a criticar a emenda, enfatizando que a CPMF foi criada em meio a uma crise mundial, quando o país necessitava de recursos para a saúde.

Governo também negocia a verba da saúde

A votação dos projetos que regulamentam a Emenda 29 (que define os gastos mínimos com saúde da União, dos estados e dos municípios) foi interrompida na semana passada, na Câmara e no Senado, por orientação política do governo. O governo federal preferiu deixar a decisão sobre o tema para esta semana porque está empenhado em uma batalha que tem relação direta com a aplicação de recursos na saúde: a prorrogação da CPMF. Na quinta, após almoço entre o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e senadores do PSDB e do governo, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) informou que o tema da Emenda 29 não chegou a ser colocado em pauta.

O presidente interino do Senado, Tião Viana, se disse moderadamente otimista quanto à prorrogação, até 2011, da cobrança da CPMF.

– O governo precisa de mais diálogo e humildade para chegar a um entendimento – assinalou,

advertindo que, se a emenda não for aprovada até o fim do ano, o governo já começa 2008 com uma perda de R\$ 3 bilhões.

Na conversa que Tião Viana teve com o presidente Lula, o tema predominante foi a verba que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) destinará à saúde, cujos recursos deverão ultrapassar o previsto no projeto de regulamentação da Emenda Constitucional

29, que define recursos mínimos para a área.

– Ficamos de definir o valor do financiamento a ser dado pela União para a saúde pública no Brasil – declarou.

Ele negou que a discussão sobre a Emenda 29 esteja vinculada à CPMF.

– Foi feito um debate entre o PAC da Saúde e a regulamentação da Emenda 29, que é uma prerrogativa dos senadores e deputados – explicou, assegurando que há possibilidade de um aumento de alguns bilhões de reais para o financiamento da saúde.

De acordo com Tião Viana, a matéria deverá ser votada na próxima semana e depende só do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para o entendimento final, a ser construído em conjunto com a Câmara.

Tião Viana espera acordo em torno da Emenda 29 para esta semana

CAS aprova projeto que regulamenta aplicação de recursos para a saúde

Com a presença de secretários de Saúde de vários estados e municípios e de representantes do Ministério da Saúde, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na quarta-feira o projeto de lei complementar que regulamenta a Emenda Constitucional 29, de 2000, sobre a aplicação dos recursos para a saúde.

O projeto (PLS 121/07-complementar), de autoria de Tião Viana (PT-AC), teve o parecer favorável de Augusto Botelho (PT-RR). Na Comissão de Assuntos Econômicos, já havia sido modificado por emenda de Francisco Dornelles (PP-RJ). Além de alterar os critérios de aplicação dos recursos, o

projeto define o que é de fato gasto com saúde e fixa punições aos governantes que descumprirem a regra. A proposta que, será enviada ao Plenário, seguirá depois para a Câmara, onde deverá ser aprovada por acordo entre líderes de todos os partidos.

Augusto Botelho afirma no relatório que, apesar de os montantes mínimos a serem gastos por entidade da Federação estarem explícitos com a Emenda 29, não havia definição clara do que são ações e serviços públicos de saúde. Por isso, assinalou, muitos gestores incluíam despesas estranhas a essa área. Com a entrada em vigor do projeto, explicou, esse tipo de

despesa não poderá ser paga com recursos da saúde.

O relator deu parecer favorável ao projeto acolhendo diversas emendas. Entre elas, está a da presidente da CAS, Patrícia Saboya (PDT-CE), que busca diminuir as desigualdades regionais dos investimentos em saúde. A emenda estabelece que “os recursos destinados a investimentos serão distribuídos em proporção inversa à capacidade da rede assistencial de saúde de cada estado”. A distribuição atual de recursos, disse a senadora, favorece as unidades federadas com redes de saúde maiores e mais avançadas tecnologicamente.

Troca de critérios custaria bilhões de reais já em 2008

Há muitas semelhanças entre os dois projetos, que, em tramitações paralelas no Senado e na Câmara, buscam regulamentar a Emenda Constitucional 29. Mas a diferença crucial das propostas está nos critérios de aplicação dos recursos da União, que atualmente levam em conta o montante do ano anterior acrescido da variação do produto interno bruto (PIB).

Uma emenda ao Projeto de Lei Complementar 121/07, do senador Tião Viana (PT-AC), aprovada na CAE, manteve a atual forma de cálculo. Segun-

do o senador Francisco Dornelles (PP-RJ), autor da alteração no texto original, somente isso já representará um adicional de R\$ 3,5 bilhões em 2008.

Na Câmara, o substitutivo do ex-deputado Roberto Gouveia ao PLP 1/03 vai muitíssimo mais longe. A proposta – que aguardava, na semana passada, o desfecho das negociações entre governo e oposição – fixa o piso para os gastos da União com saúde em 10% da receita corrente bruta. Com isso, o orçamento previsto para 2008 passaria de R\$ 42,5 bilhões para R\$ 68,2 bilhões.

PLENÁRIO

FOTOS: LEOPOLDO SILVA



Demostenes (E), ao lado de Marco Maciel, relatou no Senado a proposta, que agora volta à Câmara

Pais separados, guarda compartilhada

Projeto que cria a chamada guarda compartilhada dos filhos de pais separados judicialmente ou divorciados, a ser decidida pelo juiz, foi aprovado pelo Plenário na última terça-feira.

O relator, Demostenes Torres (DEM-GO), introduziu mudanças ao projeto (PLC 58/06), do então deputado Tilden Santiago. Por isso, a matéria volta ao exame da Câmara.

Pelo texto, a guarda compartilhada passaria a ser prevista

pelo Código Civil como um instrumento de co-responsabilização dos pais sobre os direitos e deveres que envolvem a criação e o bem-estar dos filhos e poderia ser decidida pelo juiz.

Demostenes modificou tópicos do projeto para adequá-los à técnica legislativa. Uma das alterações é sobre dispositivo que faz referência “à guarda material, educacional, social e de bem-estar dos filhos”.

Com a revisão, essa frase poderia incorporar determinação

do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), “que concentra na guarda o dever de assistência material, moral e educacional à criança e ao adolescente”.

O relator lembrou que os pais, principalmente os homens, nas separações, “acabam pagando a pensão alimentícia, mas participando muito pouco da educação e da vida dos filhos em função das limitações impostas em juízo, que deixariam de existir com a aprovação do projeto”.

Incentivo à denúncia de exploração de crianças

O Senado aprovou, em primeiro turno, o projeto que obriga a divulgação de mensagem indicando a freqüentadores de estabelecimentos públicos como realizar uma denúncia contra a exploração de crianças e adolescentes. A proposta (PLC 33/07) ainda aguarda votação em segundo turno. O texto exposto deverá ser afixado em local de fácil visualização, estar escrito em português, inglês e espanhol, e dizer: “Exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes são crimes. Denuncie já!”. Conterá também os telefones por meio dos quais se possa fazer as denúncias. A afixação de letreiro é obrigatória em bares, restaurantes, lanchonetes e similares, em todos os estabelecimentos comerciais que ofereçam serviços de hospedagem, relacionados à estética pessoal. Os postos de gasolina e demais locais de acesso público junto a rodovias também estão obrigados a essa regra, de acordo com a proposta. O não-cumprimento das determinações será considerado crime. Os estabelecimentos estarão sujeitos a multa de dez a 50 salários de referência. Para os reincidentes, a Justiça poderá determinar o fechamento do estabelecimento infrator por até 15 dias e o pagamento da multa em dobro.

Crimes sexuais: proposta volta à análise da CCJ

Os senadores enviaram para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o projeto de lei da Câmara (PLC 35/07) que estabelece condições especiais no processo de inquirição e produção antecipada de prova para as vítimas e testemunhas de crimes contra os costumes e a liberdade sexual. O pedido de análise foi feito pelos senadores Romero Jucá (PMDB-RR) e Ideli Salvatti (PT-SC). O projeto acrescenta dispositivos ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que passaria a dispor de regras sobre depoimentos de vítimas dos delitos como estupro e atentado violento ao pudor.

11 de maio será o Dia Nacional do Frei Galvão

Foi sancionado pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva o projeto do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) que estabelece 11 de maio como o Dia Nacional do Frei Sant'Anna Galvão. A Lei 11.532/07, que institui a homenagem, foi publicada sexta-feira no *Diário Oficial da União*.

Disque-Idoso só depende de sanção presidencial

A instituição do programa Disque-Idoso, que tem a finalidade de receber denúncias de maus-tratos e violência contra pessoas com 60 anos ou mais, foi aprovada no Plenário do Senado na última semana. O projeto (PLC 83/06) é de autoria da ex-deputada federal Lúcia Braga e segue agora para sanção presidencial.

De acordo com Lúcia Braga, um grande número de idosos são abandonados pela família ou sofrem maus-tratos, muitas

vezes praticados pelos próprios familiares.

O Disque-Idoso, justificava a autora da proposta, servirá como um serviço de apoio, recebendo denúncias e orientando acerca dos tipos de assistência disponíveis e necessárias para cada caso.

O projeto foi relatado no Senado por César Borges (PR-BA) e prevê que o programa terá de ser regulamentado pelo Poder Executivo no prazo máximo de dois meses após sua sanção.

Programa será regulamentado pelo Executivo no prazo de até dois meses



Ideli Salvatti e Romero Jucá durante as votações no Plenário, semana passada; projeto que beneficia idosos agora vai à sanção

Plenário acata convenções e acordos internacionais

Na semana passada, os senadores aprovaram vários textos de tratados, convenções e acordos internacionais, apreciados como itens extrapauta.

Entre eles estão o Quinto Protocolo ao Acordo Geral sobre Comércio de Serviços, da Organização Mundial do Comércio (OMC), concluído em Genebra, em 1998; o Segundo Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da OMC;

e o Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal, assinado pelos governos brasileiro e do Suriname em 2005.

Também foram acatados na terça-feira passada o Acordo para a Facilitação de Atividades Empresariais no Mercosul, assinado em 2004; o Acordo de Cooperação e Auxílio Jurídico em Matéria Penal entre Brasil

e Espanha, de 2006; o Acordo com Cabo Verde sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em 2005; e o Tratado de Extradição entre Brasil e Guatemala.

Outras convenções aprovadas foram o Acordo de Cooperação no Setor do Turismo com Grécia, de 2002; emendas à

Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha Causada pelo Alijamento no Mar de Resíduos e Outras Matérias; o Tratado de Extradição entre Brasil e Romênia; a Convenção Internacional Relativa à Intervenção em Alto-Mar em Casos de Acidentes com Poluição por Óleo, de 1969; e a Convenção Internacional contra o *Doping* nos Esportes, celebrada em Paris em 2005.

Tratado de extradição com a Guatemala foi um dos textos apreciados

LEI MARIA DA PENHA - As senadoras petistas Serys Slhessarenko (MT), Ideli Salvatti (SC) e Fátima Cleide (RO) requereram à Mesa que o juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, de Sete Lagoas (MG), seja convocado a prestar esclarecimentos à Comissão de Justiça (CCJ) sobre sua decisão de afirmar que a Lei Maria da Penha - sobre punição de crimes de violência doméstica - “é inconstitucional e contém regras diabólicas”. A Lei 11.340/06 recebeu o nome da homenagem à mulher que ficou paraplégica após sofrer tentativa de assassinato pelo ex-marido. As senadoras manifestaram sua indignação diante das declarações do juiz, feitas quando ele pronunciou uma sentença em um caso de agressão contra uma mulher.

EMPRÉSTIMO - O Plenário do Senado aprovou o retorno à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do projeto de resolução que autoriza o governo brasileiro a conceder garantia a operação de crédito externo no valor de até US\$ 50 milhões, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI). O projeto já recebeu parecer favorável da CAE. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), justificou a retirada da matéria (PRS 23/07) da pauta da última terça-feira pelo fato de o prazo para assinatura do contrato com a instituição financeira europeia ter vencido. “É preciso rediscutir essa matéria na CAE por ter perdido sua eficácia”, explicou Jucá.

CONCURSOS - Foram enviados à Câmara dois projetos de lei do Senado aprovados em comissões em decisão terminativa. O primeiro é o PLS 509/03, do senador Mão Santa (PMDB-PI), e determina a estadualização da realização das provas de concursos públicos para cargos federais. A matéria foi aprovada na CCJ, onde foi relatada por Edison Lobão (PMDB-MA). Já o segundo (PLS 272/06), de Valdir Raupp (PMDB-RO), dispõe sobre a quitação antecipada de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamento e sobre a cobrança de tarifas nessas operações, e tem como principal objetivo reduzir o *spread* bancário. Foi aprovado com emendas na CAE, onde foi relatado por Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

PLENÁRIO

Senado aprova videoconferência em interrogatório de preso

Os interrogatórios e audiências judiciais de acusado preso deverão ser realizados, como regra, por meio de videoconferência. Esse é o teor do substitutivo da Câmara a projeto de lei do Senado (PLS 139/06) aprovado na quarta-feira pelo Plenário da Casa. Na avaliação do relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Romeu Tuma (DEM-SP), a medida vai trazer economia aos cofres públicos e evitar tentativas de resgate de presos nos deslocamentos para o fórum. A matéria seguiu à Comissão Diretora para redação final.

Na verdade, o parecer de Tuma acatou parcialmente o substitutivo da Câmara à matéria, mantendo parte da redação já aprovada para o PLS 139/06 pelo Senado. A sugestão da Câmara que foi acolhida refere-se à determinação de que o juiz também vai recorrer à videoconferência, ou a outro recurso tecnológico de presença virtual, para ouvir testemunha presa, permitindo-se a presença de defensor.

Quanto aos dispositivos já aprovados pelo Senado e preservados por Tuma está a determinação de que as salas destinadas a videoconferência no interrogatório ou na audiência de presos terão linhas telefônicas reservadas para a comunicação entre o defensor que permanecer no presídio e os advogados presentes na sala de audiência do fórum, e entre estes e o preso.

Se o depoimento do preso não puder ser colhido por meio de videoconferência, o PLS 139/06 prevê sua realização no próprio estabelecimento em que o acusado estiver preso, desde que sejam garantidas a segurança do juiz e seus auxiliares, a presença do defensor e a publicidade do ato. Estabelece ainda que, antes do início do interrogatório, o juiz permitirá ao acusado entrevista reservada com seu defensor.



Os senadores aprovaram em Plenário substitutivo de Pedro Simon que prevê punição mais rigorosa para crimes de lavagem de dinheiro

Projeto ataca colarinho-branco

A terceira geração de leis para o combate aos crimes de lavagem de dinheiro foi aprovada na quarta-feira passada pelo Plenário. O texto torna a lavagem de dinheiro um crime por si, independente de algum outro que o anteceda, como tráfico de drogas ou roubo. Foi aprovado o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao projeto de lei (PLS 209/03) do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que altera a Lei

9.613/98. A proposta será votada em turno suplementar.

O relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), disse que o texto final é resultado de muitos meses de estudos e debates, em torno de vários projetos similares.

– É o primeiro passo real e concreto em relação aos crimes do colarinho-branco, talvez o mais importante projeto dos últimos tempos – disse, ressaltando que o texto extingue o conceito de “crime antecedente”, seguindo

a tendência internacional de punir o acusado de lavagem de dinheiro independentemente do que tenha dado origem ao dinheiro ilícito.

A proposta amplia de dez para 18 anos a pena máxima aplicável aos condenados por lavagem de dinheiro. Também aumenta o teto da multa que recai sobre empresas que deixarem de cumprir exigências legais destinadas a garantir a apuração desse tipo de ilícito. Hoje no valor máximo

de R\$ 200 mil, a multa poderá chegar a R\$ 20 milhões.

Nos casos de prisão preventiva por esse crime, o réu não poderá obter liberdade provisória mediante fiança e nem apelar em liberdade, mesmo que tenha bons antecedentes.

O projeto pune ainda quem efetuar transações ou operações com o objetivo de evitar a comunicação obrigatória das transações financeiras aos órgãos de fiscalização.

Prescrição retroativa mais próxima da extinção

O Plenário aprovou, na quarta-feira, o projeto de lei da Câmara (PLC 19/07) que altera o Código Penal e exclui a prescrição retroativa. A proposição faz parte do chamado pacote antiviolência, um conjunto de medidas cuja análise foi acelerada este ano. A proposição agora segue para a Comissão Diretora para a elaboração da redação final.

O relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Demostenes Torres (PFL-GO), citou como exemplo o caso de um réu acusado de roubo cuja pena de

reclusão é de quatro a dez anos. Antes da sentença, a prescrição da pena é de 16 anos. Se o juiz, ao sentenciar, fixar a pena em quatro anos, e o Ministério Público não apelar para aumentá-la, o prazo prescricional passa a ser de oito anos. Ocorrerá a chamada prescrição retroativa se, entre a data do crime e a data do recebimento da denúncia, ou entre tal recebimento e a sentença de primeiro grau, houver decorrido oito anos. Demostenes acrescentou que, se o processo se alongar, o réu nem sequer será preso.

Aprovada mudança nos feriados da Justiça de primeira instância

A instituição de feriados forenses para a Justiça Federal de primeira instância, objeto de substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a projeto de lei da Câmara (PLC 6/07), foi acatado pelo Plenário. A matéria será ainda submetida a votação em turno suplementar, para que o texto que substituiu o original possa ser aperfeiçoado por meio de emendas.

O projeto altera o artigo 175 do Código de Processo Civil e determina a suspensão de “todos os prazos, audiências e

quaisquer outras intercorrências processuais nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 6 de janeiro”. A mesma modificação ocorre na Lei 5.010/66, que organiza a Justiça Federal de primeira instância.

O dia 8 de dezembro também passa a se tornar feriado, além dos já determinados: os dias da Semana Santa, compreendidos entre a quarta-feira e o Domingo de Páscoa; os dias de segunda e terça-feira de Carnaval; e os dias 11 de agosto e 1º e 2 de novembro.

Confirmados novos ministros para o TST e diretores para Anac

Os nomes indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para as vagas de ministro togado do Tribunal Superior do Trabalho (TST) foram aprovados pelo Plenário na semana passada. São eles os juízes Waldir Oliveira da Costa, Márcio Eurico Vitral Amaro e Maurício José Godinho Delgado. As vagas para as quais foram indicados são reservadas a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

Os senadores também acolheram as indicações de Marcelo Pacheco dos Guarany e Alexandre Gomes de Barros para a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Eles vão completar os mandatos de Leur Antonio Britto Lomanto e Denise Ayres de Abreu, que renunciaram após a crise que se abateu sobre o setor aéreo do país.

Vai a sanção proposta que cria cargos no Ministério do Trabalho

O Senado encaminhou à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na quinta-feira, o projeto de lei da Câmara (PLC 22/06) que cria 1.951 cargos da carreira da Seguridade Social e do Trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego e extingue outros 2.191 cargos vagos disponíveis no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipep). A matéria, de iniciativa da própria Presidência da República, foi relatada pelo líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), acolhida na quarta-feira passada e encaminhada à Câmara dos Deputados.

Durante a ordem do dia de quinta-feira, o presidente interino do Senado, Tião Viana, retificou o despacho uma vez que as emendas aprovadas tratavam apenas de ajustes redacionais.

Auditório do Interlegis terá o nome de Antonio Carlos Magalhães

O Plenário do Senado aprovou na quinta-feira projeto de resolução (PRS 42/07) do senador Expedito Júnior (PR-RO) que dá ao auditório do edifício-sede do Programa Interlegis o nome de Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães. A inclusão da matéria na pauta ocorreu por sugestão do senador Efraim Moraes (DEM-PB), que, na condição de 1º secretário do Senado, preside o Interlegis.

O novo nome do auditório é uma homenagem ao senador baiano Antonio Carlos Magalhães, falecido em julho. Expedito Júnior lembrou que ACM implementou, quando presidente do Senado, o programa

que é formado por uma ampla rede informatizada de comunicação entre as assembleias legislativas de todo o país e as câmaras municipais, integrando as três esferas legislativas.



Expedito Júnior é o autor do projeto de resolução que dá o nome de ACM a auditório no Senado

COMISSÕES

Obra de até R\$ 3,4 mi deve ter pregão

Depois de semanas de negociações, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, na semana passada, texto substitutivo do relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a projeto de lei do Executivo que, em busca de mais agilidade e redução nos custos das compras públicas, propõe mudanças na Lei de Licitações (Lei 8.666/93) que incluem o acréscimo do pregão entre as modalidades de licitação no setor governamental.

A versão oferecida à proposta (PLC 32/07) determina o uso obrigatório do pregão (eletrônico ou presencial) para serviços e obras de engenharia do tipo menor preço e também na aquisição de bens e serviços gerais, para contratos de até R\$ 3,4 milhões.

Acima desse valor, o uso do pregão eletrônico será facultativo, cabendo a cada órgão definir se adota ou não esse sistema de seleção de fornecedores, considerado mais ágil e eficaz contra combinações com vistas ao superfaturamento dos contratos.

O PLC 32/07 agora vai a Plenário, com pedido de urgência também aprovado na CAE. Em seguida, mantidas as alterações do Senado, a proposta deve retornar à Câmara dos Deputados.

Duas modificações importantes foram feitas no relatório de Suplicy – sem contar o aproveitamento de 27 das 48 emendas que já haviam sido apresentadas ao texto. A primeira, do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), inverte o processo do pregão. Agora, a abertura dos envelopes referentes às qualificações técnica e econômica dos candidatos (que pode eliminar um concorrente por incapacidade técnica) será feita antes da disputa de preços via internet.

A emenda foi aprovada por meio de destaque, contra o voto do relator, para quem a abertura prévia da documentação técnica estimula o que chamou de “indústria de liminares”, segundo ele promovida por grandes empresas

29 emendas foram introduzidas e o projeto retorna à Câmara

para afastar do processo outras empresas com propostas plenamente executáveis, sob o argumento de questão fora de padrão.

– A fase de habilitação é a que produz mais embaraços [nas licitações], a maior parte dos recursos e dos mandatos de segurança – criticou Suplicy, citando informações do Tribunal de Contas da União (TCU).

A segunda alteração tornou mais flexível regra, também



Ponte sobre o rio São Francisco, em Juazeiro (BA): serviços de engenharia foram incluídos no pregão

aplicada aos pregões eletrônicos para obras e serviços de engenharia, que fixa como condição para participação nos pregões a presença da empresa em cadastro unificado de fornecedores – que representa, na prática, uma comprovação prévia de qualificação. Com a alteração, depois de apelos de diversos senadores, empresas não cadastradas podem requisitar seu registro nesse cadastro até 24 horas antes do pregão.

Outra emenda acatada por Su-

plicy determina que a publicação dos extratos dos editais seja feita também em jornais regionais. O substitutivo aprovado na Câmara estabelece que esse procedimento podia ser feito exclusivamente por meio da internet.

O relatório de Suplicy acabou por adotar uma solução intermediária com relação ao uso do pregão nas contratações de serviços e obras de engenharia, medida que vinha sendo intensamente criticada por representantes do setor

da construção civil, que, além da participação em audiências públicas, acompanharam passo a passo a tramitação do PLC 32/07.

Os empresários argumentavam contra a obrigatoriedade do uso do pregão em serviços de engenharia com base na tese de que, nessa atividade, o foco no menor preço pode comprometer a qualidade dos projetos. O setor também defendia a eliminação do mecanismo da inversão de fases, finalmente subtraído do texto.

Direito de renúncia à aposentadoria

A CAE reconheceu o direito de renúncia à aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social. Como os órgãos da Previdência indeferem regularmente requerimentos de aposentados com essa finalidade, os interessados são obrigados a recorrer à Justiça quando têm interesse na medida, com a finalidade de se habilitar a outro benefício do mesmo regime ou de outro sistema previdenciário.

A decisão da CAE decorreu de exame do projeto de lei da Câmara (PLC 78/06) que altera legislação que trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/91). Com parecer também favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o projeto segue agora para votação

em Plenário.

Como esclareceu o relator Antônio Carlos Valadares (PSB-SE),



Valadares lembrou que posição do INSS vem sendo contestada pelo Judiciário e pelo TCU

o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) recusa os pedidos dos segurados com base no argumento de que, já tendo sido concretizada, a aposentadoria não pode mais ter seus efeitos dissolvidos.

Esse não tem sido o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Poder Judiciário, onde muitos julgamentos são favoráveis aos segurados. Nessas duas esferas vem prevalecendo a avaliação de que a renúncia constitui um ato unilateral, em que o direito adquirido e o ato jurídico perfeito representam garantias do detentor do benefício e não do poder público. Para sanar a controvérsia, salientou Valadares, a questão está exigindo definitiva regulamentação.

CMA debate construção da hidrelétrica de Lajeado

A pedido do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realizará audiência pública para ouvir o técnico do Tribunal de Contas da União (TCU) Ricardo Eustáquio a respeito do projeto e das obras da represa de Lajeado (TO).

Segundo o senador, a obra é a mais importante em andamento no estado e foi objeto de extensa investigação por parte do TCU, cujas conclusões precisam ser conhecidas pela CMA.

A comissão também apro-

vou cinco emendas ao Plano Plurianual (PPA) para o período 2008/2011: do senador Flávio Arns (PT-PR), para inclusão do aquífero Guarani no Programa de Conservação de Bacias Hidrográficas; da senadora Fátima Cleide (PT-RO), voltada para o combate à desertificação; do senador Valter Pereira (PMDB-MS), também destinada à conservação de bacias hidrográficas; do senador Romero Jucá (PMDB-RR), direcionada à proteção da biodiversidade; e do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), relativa à recuperação das bacias dos rios Tocantins e Araguaia.

Comissões permanentes acolhem emendas ao PPA 2008-2011

As cinco emendas ao Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2008/2011 que cabem à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) apresentar, no valor de R\$ 1 bilhão, destinam recursos para o controle da malária; o aparelhamento de serviços de saúde à mulher vítima de violência doméstica; para estruturar unidades de saúde de atendimento à população indígena; e para o fortalecimento de políticas integradas do governo destinadas a gerar emprego e renda.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), presidi-

da pelo senador Neuto de Conto (PMDB-SC), aprovou cinco emendas ao Plano Plurianual (PPA), no valor de R\$ 4,88 bilhões. Elas são destinadas a programas de apoio ao desenvolvimento agropecuário, à segurança na sanidade agropecuária (combate à febre aftosa), ao crédito fundiário para assentamentos rurais e à aquisição de alimentos do Programa de Agricultura Familiar (Pronaf).

O projeto do PPA recebeu cinco emendas da Comissão de Educação (CE), que somam recursos superiores a R\$ 1,5 bilhão. Serão beneficiados projetos de educação infantil e de jovens e adultos, de cultura e esporte, entre outros.

O programa beneficiado com mais recursos – R\$ 400 milhões – é o de apoio à aquisição de equipamentos para a rede pública da educação infantil, de acordo com parecer do relator, senador Flávio Arns (PT-PR).

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) também aprovou as cinco emendas da comissão ao PPA. As emendas prevêem cerca de R\$ 5,765 bilhões a serem destinados ao Ministério da Defesa, que aplicará o montante em projetos do Exército, Marinha e Aeronáutica. A primeira emenda, de autoria do presidente da CRE, senador Herá-

clito Fortes (DEM-PI), destina R\$ 2,498 bilhões para manutenção e suprimento da Aeronáutica.

Segundo o relator das cinco emendas ao PPA pela Comissão de Infra-Estrutura (CI), senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), a maior parte das mudanças sugeridas não preenche o requisito de serem “emenda de caráter nacional”, ou não têm metas definidas. Sobram apenas quatro que poderão ser apresentadas à Comissão Mista de Orçamento (CMO) com chances de serem aproveitadas, afirmou.

Para completar o total de cinco emendas, Sérgio Guerra aceitou

a inclusão de mais uma emenda do senador Valter Pereira (PMDB-MS) – que já havia tido três aceitas – para construção do sistema de transmissão de energia elétrica na área dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

O que é o Plano Plurianual

O PPA quadrienal é uma das três leis do Orçamento para o planejamento e a execução das políticas públicas federais e está sendo apresentado à CMO por meio do projeto de lei do Congresso Nacional (PLN 31/07).

ADMINISTRAÇÃO Cortar gastos é importante, mas desenvolvimento passa por aplicação melhor dos recursos

Estado cresce, mas serviços continuam de má qualidade

Se até o governo admite a necessidade de reduzir as despesas, também é verdade que gastar no que é preciso e com mais eficiência tornou-se um imperativo para que o país se desenvolva. “A redução e maior eficiência do gasto público é uma condição necessária para o Brasil obter mais crescimento econômico, mais renda, menor desigualdade, mais oportunidades de trabalho, menos violência e uma vida mais longa e recompensadora para sua população”, prescreve o consultor do Senado Marcos Mendes, ao apresentar o do livro *Gasto público eficiente*, organizado por ele, com textos sobre o assunto assinados por diversos especialistas.

De fato, o Estado brasileiro – e não a economia – cresceu enormemente na última década. A despesa do governo federal passou de 23% para 31% do produto interno bruto (PIB) entre 1995 e 2005. Já a carga tributária aumentou de 27,8% para 34,2% do PIB entre 1998 e 2006, segundo dados da Receita Federal e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) compilados pelo consultor do Senado Carlos Augusto Bezerra.

Mas gasto maior não quer dizer que os serviços prestados aos cidadãos tenham melhorado. Conforme observa Marcos Mendes, o gasto do Poder Judiciário federal, por exemplo, multiplicou-se por dez entre 1985 e 2004 em valores reais, sem que a Justiça tenha ficado dez vezes mais rápida ou tenha multiplicado por dez o número de brasileiros que têm acesso a ela. Já as despesas da Previdência Social com o auxílio-doença passaram de R\$ 3,1 bilhões em 2001 para R\$ 12,5 bilhões em 2005, “sem que tenha ocorrido qualquer catástrofe que criasse tantos doentes de uma hora para outra”, observa.

“Um dos efeitos mais nefastos dessa escalada de gastos – e, conseqüentemente, de arrecadação

– é que, quando um percentual elevado da renda passa pelas mãos do governo, isso significa que um setor com baixos incentivos para ser produtivo, como o público – porque gasta um dinheiro que não é seu –, tem prioridade na decisão de alocação dos recursos escassos do país”, argumenta. “O resultado é a baixa eficiência e produtividade e, em conseqüência, menos crescimento.”

O presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), Marcio Pochmann, observa que a função do Estado é produzir bem-estar e há um déficit enorme quanto a isso. O que exigiria a ampliação do Estado. “Há escassez de trabalhadores no setor público”, disse recentemente. “Claro que não se trata de inchar a máquina”, afirma.

Entre 1985 e 2004, gasto do Judiciário ficou dez vezes maior

Quando se fala em reduzir o gasto público, não se trata de defender um “Estado mínimo”, ressaltava Marcos Mendes. Trata-se de cortar os gastos exagerados e de garantir que o restante do que é pago em impostos pela sociedade seja aplicado da forma mais eficiente possível, para reverter em benefícios para a própria sociedade.

O Brasil não tem um histórico feliz nessa área. Políticas sociais



Palafitas em São Luís (MA): políticas públicas muitas vezes não chegam a quem precisa

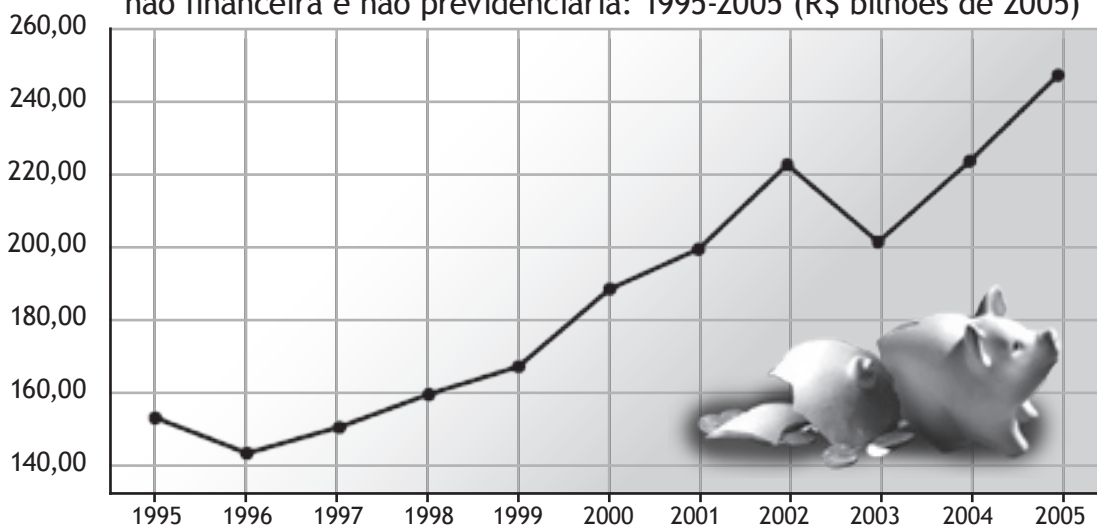
que deveriam atender os mais pobres acabaram desvirtuadas. Caso emblemático seria o da educação, que aplica muito dinheiro em universidades públicas em detrimento do ensino básico. Já a política habitacional criada para os pobres acabou se transformando em forte subsídio para as classes média e alta. Como forma de mudar esse cenário, os especialistas propõem medidas (veja quadro à direita) para reduzir as despesas obrigatórias do governo.

Segundo Marcos Mendes, o desperdício anual nos municípios é de cerca de R\$ 16 bilhões: eles poderiam oferecer os mesmos serviços economizando essa quantia. As atuais regras de repartição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) teriam distorções que “entopem micromunicípios de verbas que nem têm como gastar”, deixando à míngua cidades maiores repletas de pobres e problemas sociais.



Superlotação em hospital público: no Brasil, o Estado tem dificuldade em destinar recursos aos setores mais importantes

Orçamento Geral da União e da Seguridade Social: despesa corrente não financeira e não previdenciária: 1995-2005 (R\$ bilhões de 2005)



Como cortar a ganstança

Veja as propostas delineadas no livro *Gasto público eficiente*

1. Instituição de uma política de pessoal de longo prazo com o objetivo de evitar fenômenos como a criação de carreiras “verticais” dentro dos órgãos públicos e o aumento do número de cargos em comissão (DAS), que se expandiram nos últimos anos, principalmente para atender à criação de novos ministérios e secretarias com status de ministério.
2. Contenção de despesa nos chamados poderes autônomos (Legislativo, Tribunal de Contas, Judiciário e Ministério Público), por meio de mecanismos como a imposição constitucional de um limite máximo para gastos.
3. Redução e racionalização nas transferências para estados e municípios. Poder-se-ia, por exemplo, redefinir os critérios de partilha do Fundo de Participação dos Municípios, de modo a direcionar recursos para onde eles são mais necessários.
4. Redução de despesas obrigatórias por meio de medidas como a diminuição de subsídios públicos às aposentadorias e pensões, e a extinção do abono salarial.
5. Distribuição mais eficiente dos royalties e participações especiais sobre a exploração de petróleo. Poderia haver uma imposição, aos estados e municípios, de vinculação do uso dos recursos decorrentes de rendas petrolíferas a uma lista de despesas associadas à compensação das gerações futuras, para evitar o inchaço da máquina burocrática e dos gastos correntes de baixa qualidade.
6. Estímulo à formação e sustentabilidade dos consórcios intermunicipais, de forma a permitir a atuação conjunta, por exemplo, em projetos educacionais e de saúde, sob a supervisão dos estados e da União.
7. Implementação plena e aperfeiçoamentos à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), por exemplo, para reavaliar os limites máximos para despesas com pessoal que, em geral, são hoje incapazes de induzir o controle da despesa.
8. Elaboração de um orçamento mais realista e transparente, que promova o equilíbrio fiscal sem necessidade de contingenciamento.
9. Ação do Tribunal de Contas da União (TCU) com maior ênfase no controle gerencial (auditorias que rendem em economia e eficiência dos programas em andamento), e diminuição da importância dos julgamentos de contas do passado.
10. Ampliação dos sistemas de compras via pregão eletrônico, de forma a conseguir maior eficiência na escolha de produtos ou serviços com melhor custo-benefício e evitar a corrupção.
11. Redução dos custos de campanha e do uso do gasto público com finalidade eleitoral.

EDUCAÇÃO Debatedores buscam soluções para a evasão escolar, que atinge até os beneficiados por programas sociais

Quando falta estímulo para ir à escola

As diferenças conceituais entre os programas Bolsa Escola – criado no governo Fernando Henrique Cardoso – e Bolsa Família – implantado pelo atual governo – foram o principal tema da audiência pública realizada na quarta-feira pela Comissão de Educação (CE) para tratar da evasão escolar. A pedido dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), foi debatido o problema apontado em reportagem de Paloma Olivetto, do *Correio Braziliense*, e de Luiz Ribeiro, de *O Estado de Minas*.

No debate, os jornalistas relataram a falta de esperança de crianças e jovens do interior do país, mesmo os beneficiados pelo Bolsa Família. Paloma disse ter se deparado com um “cenário desolador” no interior do Nordeste, onde o sonho dos jovens é o de cortar cana-de-açúcar em São Paulo. E Ribeiro considerou marcante o desinteresse de crianças e adolescentes pela escola.

A secretária nacional de Renda Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Rosani Cunha, atribuiu as dificuldades a uma história de “desigualdade e exclusão”. Ela informou que 11 milhões de famílias são beneficiadas pelo Bolsa Família e que é necessária a presença a pelo menos 85% das aulas para que as famílias dos estudantes recebam o benefício.

Rosali afirmou que 12 milhões de crianças e jovens são acompanhados individualmente pelo governo, mas admitiu que falta o controle de frequência, uma vez que 3 milhões de estudantes ainda não são acompanhados.

Ex-secretário nacional do Bolsa Escola, Marcelo Aguiar disse que o foco teria se deslocado da educação para a assistência social. Ele pede que se retome a “centralidade da educação” e seja estimulado o interesse das famílias pelo desempenho dos filhos na sala de aula. Já o coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara,

pediu ao governo que melhore a qualidade do ensino.

Ao adotar o programa, disse André Lázaro, secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, o governo “não desqualificou a escola”. Ele atribuiu a evasão a motivos como a ausência de transporte escolar e a formação precária dos professores.

– O Brasil é capaz de fazer escola de altíssima qualidade para poucos. O desafio é garantir isso para todos – assinalou Lázaro.

Cristovam recordou o controle de frequência na Bolsa Escola implantado por ele quando governador do Distrito Federal. E elogiou o governo mexicano por adotar um controle diário da presença na escola, por meio de *chips* embutidos em cartões fornecidos aos estudantes.

No México, presença de estudantes é monitorada por meio de chip



Governo ainda não controla a frequência de 3 milhões de alunos atendidos pelo Bolsa Família

Os quatro fatores principais

A evasão escolar não é apenas questão pedagógica. As limitações estão nas condições de vida da família, que repercutem diretamente na vida escolar da criança. É a conclusão de estudo das pesquisadoras Leila Bonadeo e Clarete Trzcinski, da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Há desafios no cotidiano das escolas para a permanência dos alunos. O conhecimento da realidade da família de cada aluno é primordial para que a escola consiga diagnosticar as causas da evasão escolar e possa preveni-la – explicam elas.

As principais causas são as seguintes:

Fracasso escolar

Por deficiência de aprendizagem. Essa evasão ocorre especialmente quando há a repetência. O aluno “fracassado” é desmotivado para aprender e acaba por abandonar a escola. O MEC informa que só 10% dos jovens concluem o ensino médio e ingressam numa universidade. O ensino profissional, voltado para o mercado de trabalho, pode ser uma saída.

Gravidez na adolescência

A vida sexual dos adolescentes inicia-se cada vez

mais cedo. No Brasil, a cada ano cerca de 20% das crianças que nascem são filhas de adolescentes, número que representa três vezes mais garotas com menos de 15 anos grávidas que na década de 70. A maioria delas, durante o período da gravidez, abandona a escola e não retorna mais.

Trabalho infantil

Resultado, sobretudo, das próprias condições socioeconômicas da família do aluno. A tendência do abandono da escola vem da necessidade de ajudar na complementação da renda familiar. O IBGE calcula que os menores trabalhando cheguem a 5,1 milhões.

Negligência familiar

Pais omissos. O relatório “Jovens em situação de risco no Brasil”, do Banco Mundial, indica que 20% dos jovens com idade entre 14 e 15 anos não estudam nem trabalham. O programa Bolsa Família costuma notificar dezenas de milhares de famílias cujos filhos não cumpriram a frequência escolar mínima (85%) para ter direito a receber o benefício. Em março, foram mais de 300 mil famílias.

Educação básica: evolução das matrículas

Etapas/Modalidades	2005	2006	Diferença	%
Total	56.471.787	55.942.047	-529.740	-0,9
1. Educação infantil	7.205.039	7.016.095	-188.944	-2,7
1.1 Creche	1.414.343	1.427.942	13.599	1,0
1.2 Pré-escola	5.790.696	5.588.153	-202.543	-3,6
2. Ensino fundamental	33.534.700	33.282.663	-252.037	-0,8
3. Ensino médio	9.031.302	8.906.820	-124.482	-1,4

(1) Ensino de Jovens e Adultos



Ensino fundamental: os extremos pelo Brasil afora

Região	Aprovação	Reprovação	Abandono
Brasil	79,5	13,0	7,5
Norte	73,1	15,8	11,1
Nordeste	71,4	16,3	12,3
Sudeste	87,2	9,2	3,6
Sul	83,4	13,9	2,7
Centro-Oeste	79,7	11,9	8,4

Fonte: Censo Escolar 2006 (MEC/Inep)

Cinema em cidade pequena terá incentivo

Patrocínios e doações destinados à construção e manutenção de salas de cinema em cidades com menos de 100 mil habitantes serão beneficiados pelos incentivos fiscais da Lei Rouanet, de estímulo à cultura. As emendas da Câmara ao projeto de lei do Senado (PLS 298/04) do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que permite o benefício, foram aprovadas na última terça-feira pela Comissão de Educação. Agora vão ao exame do Plenário.

As emendas visam principalmente, segundo o relator, senador Cristovam Buarque, garantir o acesso às salas de exibição. Os incentivos criados “somente serão concedidos a projetos culturais cuja exibi-

ção, utilização e circulação dos bens culturais sejam abertas a qualquer pessoa, se gratuitas, e a público pagante, se cobrado ingresso”. Proíbe-se a concessão de incentivo a circuitos privados que estabeleçam limitações de acesso.

– Por que ninguém o imaginou antes? – indagou Cristovam.

A comissão aprovou sete projetos em decisão terminativa. Dois deles autorizam o Executivo a criar escolas técnicas federais, no Pará e no Rio Grande do Sul. Um altera nome de rodovia no Espírito Santo. Quatro propõem a instituição de dias nacionais: do Imigrante Italiano; do Movimento Pestalozziano; da Reciclagem; e o da Leitura.

Só 8,7% dos municípios têm salas de exibição

Embora o mercado brasileiro de exibição cresça à média de 7% ao ano, a concentração das salas de cinema é alta. A pesquisa Perfil dos Municípios 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que a carência do Brasil em termos de salas de exibição de cinema – e, de resto, nos demais equipamentos culturais – é enorme.

Enquanto a TV aberta chega a 95,2% dos municípios, 92,3% deles não têm salas de cinema, 88,8% não possuem teatro e 65% não dispõem sequer de livrarias ou lojas que vendam CDs ou aluguem filmes em DVD. Nos municípios com até 20 mil habitantes, 94,5% não têm acesso à internet.

Segundo o relatório, mesmo com baixo número de salas de exibição e sua concentração em um reduzidíssimo grupo de cidades, o

total de cinemas cresceu cerca de 20% entre 1999 e 2006.

Mas no ano passado, o número de salas diminuiu. Só houve crescimento nos cinemas em *shopping centers*. De acordo com a Agência Nacional de Cinema, até setembro

de 2006 haviam sido fechadas 30 salas “de rua” e abertas 40 em centros comerciais. O *site* especializado Filme B informa que isso inflacionou o preço médio dos ingressos (7% de 2005 para 2006).

Perfil do cinema brasileiro (2006)

Público total: **90.283.635**
 Público total de filmes nacionais: **9.932.474**
 Total de filmes lançados: **337**
 Número de filmes nacionais lançados: **73**
 Renda total: R\$ **694.965.217**
 Salas de cinema: **2.045**

Fontes: Ancine, Filme B e distribuidores

Você sabia?

Nos EUA há cerca de 30 mil salas de cinema para 270 milhões de habitantes. No Brasil, são cerca de 2 mil para 190 milhões. Quase dez vezes menos.

INVESTIGAÇÕES

Convidados pedem mais fiscalização nos repasses

Em audiência que discutiu, na semana passada, a função das organizações não-governamentais (ONGs), os debatedores destacaram a importância dessas entidades sem fins lucrativos no atendimento às necessidades da sociedade em áreas onde o Estado não atua. No entanto, foram unânimes em reconhecer que é necessário maior fiscalização no repasse de recursos públicos para essas organizações.

A audiência foi realizada pela comissão parlamentar de inquérito que investiga irregularidades no uso de recursos públicos pelas ONGs e pelas organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) entre o período de

1999 a 2006, a CPI das ONGs. O procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Rocha Furtado, afirmou que, desde a década de 90, o governo deixou de fiscalizar a aplicação de R\$ 12,5 bilhões repassados a ONGs desde a criação dessas entidades e que faltam critérios para a escolha de organizações que firmam convênios com órgãos do governo.

– Não há como garantir que o dinheiro repassado a ONGs tenha, de fato, beneficiado a população. Da forma que está, só não desvia dinheiro quem não quer – afirmou Furtado, que sugeriu a criação de uma legislação específica para o setor e da carreira de fiscal de convênios.

O representante do Ministério do Planejamento, Afonso de Oliveira Almeida, discorreu a respeito do Decreto 6.170/07, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.

– Toda transferência vai tran-

sitar pelo Portal dos Convênios e qualquer órgão de controle ou cidadão poderá obter informações e acompanhar, via internet, esses repasses – destacou.

A diretora-executiva da Associação Brasileira de ONGs (Abong), Tatiana Dahmer, disse que a instituição considera fundamental o debate – voltado à construção de um novo marco legal para o setor – de critérios que garantam maior transparência e controle social nos repasses e no uso de recursos públicos.

Debate na CPI das ONGs revela falta de normas para garantir mais controle

Também foi aprovado o plano de trabalho que norteará as investigações da CPI. A etapa de depoimentos começou terça-feira

ouvindo o ministro Jorge Hage, da Controladoria Geral da União. O presidente da comissão, Raimundo Colombo (DEM-SC), admitiu que a CPI poderá investigar repasses de recursos feitos por fundos de pensão a ONGs, e Heráclito Fortes (DEM-PI) disse que solicitará a apuração de transferência de verbas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).



Colombo afirma que CPI poderá investigar repasse de recursos de fundos de pensão

Mário Couto quer investigar irregularidades no Dnit

O senador Mário Couto (PSDB-PA) anunciou que colheu 31 assinaturas, suficientes para criar uma CPI para investigar denúncias de irregularidades no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), órgão vinculado ao Ministério dos Transportes.

– O governo padece de dois problemas graves: corrupção e excesso de gastos público. No Dnit está o foco de corrupção deste país. Vamos ajudar o governo Lula – disse.

Para justificar a necessidade da CPI, Mário Couto mostrou os resultados apontados por Demostenes Torres no relatório da CPI do Apagão Aéreo.

– A corrupção na Anac e na Infraero foi de R\$ 500 milhões. Foi a CPI do Senado que obrigou os corruptos a saírem de lá. Não tenho dúvidas de

que, se não estancássemos, a corrupção iria passar de 1 bilhão, 2 bilhões. Vamos fazer a mesma coisa com o Dnit – afirmou.

Mário Couto também criticou os gastos do governo, citando a empresa Aplauso, promotora de eventos, que, segundo ele, “presta serviços a vários ministérios por preços fora da realidade de mercado”. O senador reclamou ainda do fato de os reajustes dados aos aposentados e pensionistas, de 2004 a 2006, terem sido desvinculados do aumento do salário mínimo, “o que significou uma queda anual de 4,15%, 6,35% e 5% nos vencimentos”.

– E o presidente Lula quer que se aprove a CPMF no Senado. Não vamos nos calar – protestou Mário Couto, que se posicionou contrário à prorrogação da contribuição.



Demostenes (D) aponta deputado Carlos Wilson, que presidiu a Infraero, como chefe de esquema para fraudar licitações

Relatório de CPI pede indiciamento de 23 pessoas

No relatório final apresentado na última quarta-feira à Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) solicita o indiciamento de 23 pessoas: 21 ligadas à Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e duas à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O documento não foi apreciado porque o senador João Pedro (PT-AM) pediu vista. O presidente da CPI, Renato Casagrande (PSB-ES), marcou nova reunião do colegiado para esta terça-feira, para votação do relatório final.

O relator recomenda o indiciamento do deputado Carlos Wilson (PT-PE), que presidiu a estatal de 2003 a 2005; dos ex-servidores da Infraero Tércio Ivan de Barros, Eleuza Terezinha, Adenauer Figueira Nunes, José Wellington Moura, Marco Antônio Marques e Márcia Gonçalves Chaves; dos empresários Ettore Ferdinando Casória e Michel Farah, donos

da FS3 Comunicação e Sistemas Ltda.; e dos ex-diretores da Anac, Denise Abreu e Paulo Roberto Gomes de Araújo.

Demostenes aponta Carlos Wilson como o chefe de um esquema montado na Infraero para fraudar licitações, por meio da suposta quadrilha, formada com pessoas de Petrolina – cidade de origem do deputado.

O senador informou ainda que as apurações do acidente com o voo 3054 da TAM, ocorrido em 17 de julho, deverão ficar a cargo do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa).

Relator propõe quebrar sigilo de empreiteiras

Além disso, Demostenes pede ao Ministério Público e à Polícia Federal o aprofundamento de investigações sobre mais seis suspeitos de praticarem desvios de verbas públicas na Infraero, e a quebra dos sigilos bancários de várias empreiteiras visando o

rastreamento de recursos repassados pela Infraero. Na avaliação de Demostenes, os empreiteiros estão entre os maiores responsáveis pela corrupção e desmando ocorridos na estatal.

Vários senadores parabenizaram o relator pelo trabalho realizado. Já João Pedro se disse inconformado com as acusações de Demostenes contra o ex-presidente da Infraero.

– O indiciamento de Carlos Wilson não pode ser tratado dessa forma. Ele é um político com mais de 20 anos de vida política bonita e, em três anos, passa a ser chamado de “chefe de quadrilha” – afirmou João Pedro. Por sugestão de Leomar Quintanilha (PMDB-TO), o pedido de vista transformou-se em coletivo.

O senador Mário Couto (PSDB-PA) ameaçou utilizar a tribuna para denunciar os parlamentares que votarem pela rejeição do relatório. Segundo ele, o governo objetiva livrar Carlos Wilson e Denise Abreu do indiciamento.

Prejuízo pode ter superado R\$ 500 milhões

Ao apresentar as conclusões das investigações da CPI do Apagão Aéreo, Demostenes Torres estimou em R\$ 500 milhões, “numa cifra conservadora”, o total dos prejuízos causados aos cofres públicos pelos desvios de recursos, fraudes, superfaturamentos e sobrepreços ocorridos na Infraero. “Mas esse prejuízo pode ser muito maior”, disse.

Para chegar a esses valores, Demostenes analisou várias obras contratadas pela Infraero nos principais aeroportos do país. No Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, o sobrepreço foi calculado em R\$ 41 milhões. Já no Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP), o superfaturamento

das obras atingiu R\$ 254 milhões, de acordo com o senador.

Justificando a ausência em seu relatório de investigações sobre a participação de empreiteiras nos processos licitatórios fraudulentos, Demostenes observou que a análise de uma quebra de sigilo de uma única empreiteira poderia durar mais de três meses. O trabalho de investigação das construtoras suspeitas, que deverá ser realizado pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, avaliou ele, pode levar mais de um ano.

Em resposta ao pedido de indiciamento, o deputado Carlos Wilson distribuiu nota à imprensa, em que se diz “surpreso e indignado ao receber o

irresponsável relatório produzido por Demostenes Torres”. Informa que vai analisar detalhadamente o documento e que não tem nenhuma dúvida de que, “com o tempo, as provas irão revelar quem é o verdadeiro chefe de quadrilha”. Comentando a nota, em entrevista, Demostenes manteve sua acusação.

– Todo criminoso, primeiro, nega e, segundo, tenta levar para a mesma lama. A nota não me incomoda em absolutamente nada. O que me interessa é que existem os fatos, e os fatos, infelizmente, são contra ele. O Brasil tem que começar a criar coragem para punir aqueles que desviam dinheiro público – rebateu Demostenes.



PLENÁRIO

ANA VOLPE



Milhares de leis ocupam dezenas de volumes na Biblioteca do Senado: um emaranhado de normas

Senado vai ajudar a reduzir excesso de leis

A redução do número de leis no país já vem sendo discutida há muitos anos, mas na semana passada o Plenário tomou uma medida concreta ao aprovar um projeto de resolução que regulamenta o processo de consolidação das normas legais no âmbito do Senado. O autor da proposta, Tião Viana (PT-AC), presidente interino do Senado, afirmou que a aprovação permitirá à Casa ter a iniciativa de consolidar leis federais.

O projeto de resolução (PRS

43/07) inclui, no Regimento Interno do Senado, normas relativas à apresentação, tramitação e aprovação de projetos de lei de consolidação – ou seja, aqueles projetos que visam reduzir e fundir leis que tratam de um mesmo assunto.

– A sua aprovação concede ao Senado as mesmas prerrogativas que o Poder Executivo e a Câmara dos Deputados já possuem – declarou Tião Viana.

De acordo com o senador, a proposta insere no regimento da Casa mecanismos que permitem

cumprir as determinações do inciso I do artigo 14 da Lei Complementar 95, de 1998, o qual trata da consolidação das leis.

Um dos artigos do projeto de resolução estabelece que “é facultado a qualquer senador ou comissão oferecer projeto de lei de consolidação, atendidos os princípios de que tratam os artigos 13, 14 e 15 da Lei Complementar 95, de 1998, vedada a alteração no mérito das normas que serviram de base para a consolidação”.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) já disse, em discurso, que a consolidação é necessária para que se identifique as leis ultrapassadas pelo tempo e por novas legislações. Marco Maciel (DEM-PE), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), também é um crítico severo do excesso de leis.

Antes de chegar ao Plenário, o projeto foi aprovado na CCJ, com o voto favorável do relator Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Agora, deverá ser promulgado pela Mesa diretora do Senado.



Eduardo Suplicy acha que consolidação ajudará a identificar leis ultrapassadas



Relator na CCJ, Mozarildo Cavalcanti apresentou voto favorável ao projeto de Viana

Desde 1988, mais 3,5 milhões de normas

Estudo do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT) aponta que, desde a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil ganhou 3,5 milhões de normas legais. São leis, medidas provisórias, decretos, portarias, entre outros, aprovados pelo Legislativo ou editados pelo Executivo com autorização legal.

Somente no plano federal, de acordo com o estudo, foram mais de 140 mil normas publicadas. Nem mesmo esse número é unanimidade: a confusão é tão grande que, utilizando outra metodologia, a Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil contou 181.318 normas legais federais, a maioria delas tidas como revogadas.

A necessidade de organização do aparato legal brasileiro é urgente, na opinião de senadores ouvidos pelo **Jornal do Senado** sobre o trabalho de consolidação da legislação federal.

Para Eduardo Suplicy, a questão interessa a todo o Congresso Na-

cional e é suprapartidária.

– Trata-se de um passo em favor da racionalidade e deve ser tomado tanto pela base de apoio do governo como pela oposição – sugere.

Ex-presidente da CCJ que criou uma subcomissão sobre o assunto, o senador Edison Lobão (PMDB-MA) considera que a organização das leis é um dos trabalhos mais urgentes do Congresso Nacional.

– Até decretos da ditadura Vargas estão em vigor. Há leis que se chocam, que precisam ser reduzidas a uma situação de normalidade. A iniciativa deve ser do Legislativo, mas com participação do Executivo e do Judiciário – aconselhou.

Para Inácio Arruda (PCdoB-CE) há um verdadeiro “cipoal”, com muitas normas sobre o mesmo assunto, e a organização das leis deveria ser uma preocupação permanente.

– Quando encarar a legislação infraconstitucional da área tribu-

tária, vai ser uma loucura. Limpar esse território seria um salto formidável – prevê Inácio Arruda.

Heráclito Fortes (DEM-PI) critica as legislações “conflitantes” e considera bem-vindo todo esforço para melhorar esse quadro. Marconi Perillo (PSDB-GO) também apóia as iniciativas que contribuam para reduzir a burocracia e simplificar a vida do cidadão.

O excesso de leis resulta do desconhecimento pela população de boa parte de seus direitos, alertou Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Na semana passada, a Câmara dos Deputados reinstalou o Grupo de Trabalho de Consolidação das Leis Brasileiras, instalado no início do ano, mas cujo trabalho não prosperou. A idéia é propor a revogação de normas em desuso ou inconstitucionais; evitar normas colidentes, repetidas ou ambíguas; e atualizar termos antiquados ou valores de penas pecuniárias previstas em lei.

CCJ aprova regimento para o Conselho de Ética

As atividades do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado devem ser regulamentadas por projeto de resolução aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Vários senadores defenderam a necessidade de estabelecer regras para o Conselho de Ética durante as reuniões que trataram da primeira representação por quebra de decoro parlamentar contra Renan Calheiros (PMDB-AL). Valter Pereira (PMDB-MS) é o autor do projeto (PRS 38/07), modificado pela relatora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Pelas regras, relatores passariam a ser escolhidos por sorteio

Caso o senador seja integrante da Mesa diretora ou presidente de comissão e responder a esse tipo de processo, poderá ser afastado do cargo se o conselho assim decidir.

Outra novidade é que os relatores de representações contra qualquer senador passariam a ser escolhidos por sorteio. E isso teria de ser feito dentro de um prazo: três dias úteis contados a partir do recebimento da representação pelo conselho. Além disso, o relator não poderia ser do partido do representado nem

Lúcia Vânia manteve item que determina reuniões e votações abertas para qualquer deliberação do conselho, com a exceção dos casos em que se tratar de quebra de sigilos, de intimidade das pessoas ou de envolvimento de menores.

A Resolução 20/1993, que instituiu o Conselho de Ética, fixou apenas as regras gerais de funcionamento e de tramitação dos processos.



Valter Pereira (D), autor do projeto original: processos por atos praticados antes da posse foram excluídos da proposta

Emenda exclui possibilidade de quebrar sigilos de senador

Um dos artigos do projeto de resolução que institui um regimento para o Conselho de Ética foi retirado graças a uma emenda do senador Romero Jucá (PMDB-RR), aprovada pela CCJ. O item tratava de quebra de sigilos.

De acordo com o artigo, “nos casos puníveis com perda de mandato, o conselho, em petição fundamentada, poderá solicitar à Mesa, em caráter de urgência, que submeta ao Plenário do Senado requerimento de quebra de sigilo bancário e fiscal do representado”.

– Isso equivale a transformar o Conselho de Ética em uma CPI permanente – argumentou Jucá, líder do governo no Senado.

A senadora Lúcia Vânia, autora do substitutivo aprovado, acatou a decisão da CCJ de retirar o artigo 19, mas ressaltou que elaborou esse item baseando-se na Lei do Sigilo Bancário (Lei Complementar 105, de 2001).

O autor do texto original, Valter Pereira, defendeu o re-

torno de um item que havia sido suprimido no substitutivo. Na proposta original, as representações contra os senadores poderiam abranger os atos praticados desde a diplomação. Já o substitutivo da senadora define que essa abrangência começa desde a posse.

Se as representações incluíssem os atos realizados desde a diplomação, isso teria efeito, por exemplo, sobre os suplentes – que são diplomados juntamente com os senadores, mas só podem tomar posse após a eventual saída do titular.

Lúcia Vânia – e a CCJ –, no entanto, não acataram a solicitação de Valter Pereira. Ela argumentou que seu substitutivo está em consonância com as alterações que o PRS 37/07 prevê para o Código de Ética – cujo relator do projeto foi o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Além disso, a senadora ressaltou que o substitutivo permite que a representação inclua atos realizados em mandatos anteriores.

CÉLIO AZEVEDO

COMISSÕES

Mesa decide suspender representação

Em reunião na última terça-feira, os senadores que integram a Mesa decidiram suspender temporariamente representação enviada pelo PSOL por quebra de decoro contra o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros, e arquivar uma outra contra o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

O presidente interino da Casa, Tião Viana, informou que também foi aprovada modificação no Código de Ética determinando que as futuras representações por quebra de decoro parlamentar sejam encaminhadas diretamente ao conselho, sem a necessidade de passarem primeiro pela Mesa.

A decisão da Mesa pela suspensão do processo contra Renan não foi unânime. A representação pede investigação de denúncia de que o presidente licenciado

do Senado teria apresentado emenda ao Orçamento da União, no valor de R\$ 280 mil, para favorecer empresa fantasma de ex-assessor de seu gabinete. Dos sete membros da Mesa, três votaram pela suspensão do processo, dois pelo arquivamento e outros dois pelo encaminhamento da questão ao Conselho de Ética.

Segundo informações do 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), a decisão foi tomada até que o Conselho de Ética vote os outros quatro processos que o parlamentar por Alagoas enfrenta no colegiado.

– O excesso de representações está tumultuando as atividades do Conselho de Ética. Estamos levando em conta a necessidade de agilizar o andamento dessas outras representações – explicou.

Para Tião Viana, a decisão da Mesa pelo sobrestamento é um



Senadores suspenderam representação até que o conselho vote outros processos contra Renan

sinal de alerta para que haja mais respeito aos demais processos que já tramitam no conselho.

Já a decisão de arquivar a representação contra Eduardo Azeredo foi unânime. O PSOL pediu

apuração de denúncias de que o senador recebeu recursos ilegais do “mensalão mineiro”, que teria sido operado por Marcos Valério durante a campanha para a reeleição ao governo de Minas

Gerais em 1998, pelo PSDB. A Mesa considerou que processo semelhante contra Azeredo foi arquivado no ano passado, porque as acusações são anteriores à posse do político no Senado.

Azeredo divulga nota sobre decisão por arquivamento



Eduardo Azeredo afirma que não teve responsabilidade em problemas de campanha

Em nota divulgada à imprensa, Eduardo Azeredo comentou a decisão da Mesa do Senado de arquivar a representação do PSOL contra ele. De acordo com o parlamentar, já havia precedente para tal decisão, uma vez que, no início do ano passado, o Conselho de Ética arquivou representação que também pedia investigação da responsabilidade de Azeredo nas supostas irregularidades ocorridas em sua campanha para o governo de Minas Gerais em 1998, quando não era

ainda senador.

“A Mesa diretora do Senado Federal seguiu jurisprudência da Casa. Em março de 2006, o Conselho de Ética, então presidido pelo senador João Alberto, arquivou representação contra mim, relatada pelo senador Demostenes Torres, referente aos fatos ocorridos na campanha de 1998, quando disputei a reeleição ao governo de Minas. Na época, houve o entendimento de que as questões são anteriores ao meu mandato de senador. Além disso, compreendeu-se que não tive responsabilidade nos eventuais problemas daquela campanha”, disse o senador na nota.

Azeredo criticou o PSOL por ter apresentado a representação. Ele afirmou que o partido “se baseou em relatório inconclusivo, que chegou ao conhecimento público de forma ilegal, em flagrante desrespeito ao segredo de Justiça”.

“Como é do conhecimento de todos em Minas Gerais, as questões financeiras da campanha de 1998 não foram de minha responsabilidade e delas só tomei conhecimento posteriormente”, concluiu.

Relator notifica cinco testemunhas para depor

Jefferson Péres (PDT-AM), relator da terceira representação contra o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros, disse na quinta-feira que notificou para testemunharem o usineiro João Lyra; o juiz da 16ª Vara Criminal de Maceió, Marcelo Oliveira; o primo de Renan, Ildelfonso Antonio Tito Uchoa Lopes; e o governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho (PSDB). Tito Uchoa, assim como o empresário Nazário Pimentel, foi notificado mesmo antes de Jefferson receber a defesa prévia de Renan. Tito Uchoa seria um dos testas-de-ferro do usineiro e de Renan em um jornal e duas emissoras de rádio. Nazário é quem teria vendido as empresas a Renan e Lyra. O juiz Oliveira enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) notícia-crime acusando Lyra de tramar o assassinato de um funcionário da Fazenda de Alagoas. Já Teotônio recebeu apoio de Renan nas eleições de 2006, quando João Lyra foi derrotado.

INSTAURADA SINDICÂNCIA - Atendendo a ofício da Presidência do Senado, o 1º secretário, senador Efraim Morais (DEM-PB), mandou instaurar sindicância para apurar “veracidade das afirmações que têm sido veiculadas na imprensa pelo servidor Marcos Evandro Cardoso Santi”. Segundo notícias publicadas em diversos jornais, o consultor legislativo Santi renunciou ao cargo de secretário-adjunto da Mesa em protesto contra pressões que estaria sofrendo no processo contra o presidente Renan Calheiros.

Renan cumpre prazo e entrega defesa prévia

O presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros, encaminhou na quarta-feira passada ao relator Jefferson Péres sua defesa prévia no processo em que é acusado de se associar ao usineiro João Lyra para comprar de forma clandestina empresas de comunicação em Alagoas.

Apesar de ter entrado de licença médica na segunda-feira, Renan decidiu cumprir o prazo de cinco sessões para rebater a denúncia apresentada pelo PSOL.

Jefferson Péres explicou que defesa de Renan tem como base o depoimento do usineiro João Lyra, prestado no último dia 16 de agosto ao corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP).

Na ocasião, o empresário alagoano confirmou o que dissera à imprensa: foi sócio de Renan em veículos de comunicação adquiridos por R\$ 2,6 milhões.

PROVAS TESTEMUNHAIS - Demostenes Torres (DEM-GO) e Renato Casagrande (PSB-ES) defenderam a utilização de provas testemunhais como parte dos pareceres das representações por quebra de decoro parlamentar. Nesse sentido, eles disseram que a eventual ausência de provas materiais não deve impedir o senador Jefferson Péres, relator da terceira representação no Conselho de Ética contra o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros, de apresentar um relatório consistente.

Tião Viana defende transparência no Senado

“Não é bom que o Senado tenha corredores escuros”, afirmou na terça-feira o presidente interino da Casa, Tião Viana, pouco depois de reunião em que submeteu à Mesa diretora a idéia de ampliar a visibilidade da instituição. Tião argumentou que, quanto mais abertas forem as decisões da Casa, melhor para a sociedade e para os parlamentares. Na reunião, foi decidido que os pedidos de licença de senador serão divulgados na imprensa oficial.

Indagado por um jornalista se pretende “abrir a ‘caixa-preta’ das contas do Senado”, o presidente da Casa disse que real-

mente, por sugestão dele mesmo, os integrantes da Mesa diretora examinaram a proporsição de tornar públicas as verbas indenizatórias recebidas pelos parlamentares, assim como os pedidos de licença por eles apresentados. Tião Viana também argumentou que não é bom para o Senado ser alvo de dossiês vazados por diretores.

– Foi examinada a tese de tornar pública, como é na Câmara dos Deputados, ou seja, ir para a internet, o que são as verbas indenizatórias, mas não houve a concordância da maioria da Mesa, e o assunto ficou de ser tratado ainda com os líderes

partidários.

– O senhor vai então levar a idéia adiante? – perguntou-lhe um jornalista.

– Com certeza. Ao mesmo tempo, foi decidido que licença de parlamentar tem de ser publicada no **Jornal do Senado** ou no *Diário do Congresso Nacional*. É importante dar transparência à verba indenizatória, à licença de senadores. Se não tiver corredor escuro na Casa, vamos ficar mais seguros. Se for tudo aberto, se houver transparência, não pode haver dossiês. Mas os senadores não concordaram: isso expõe demais a Casa – informou Tião Viana.

Jefferson Péres defende prestação de contas sobre verba indenizatória

A prestação de contas relativa à verba indenizatória dos senadores deve ser transparente e veiculada pela internet. Essa é a posição do líder do PDT, Jefferson Péres (AM), que defendeu na quarta-feira proposta nesse sentido apresentada pelo presidente interino da Casa, Tião Viana.

– Faço um apelo aos líderes de todos os partidos para que aprove a total transparência de gastos de cada senador com a verba indenizatória quando o presidente Tião Viana convocar uma reunião para deliberar sobre o assunto – frisou.

Jefferson afirmou que, embora acredite que a maioria dos se-

nadores utiliza recibos e notas autênticos, há sempre o risco de apresentação de documentos “frios”, observando que a Casa “não pode se furtar ao dever de tornar isso público”.

O prestígio do Senado, do Congresso e da classe política como um todo, argumentou o líder, está “lá embaixo” e só será recuperado com gestos e atos efetivos. Ele disse ter renunciado à verba indenizatória desde a sua criação.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), salientou que seu partido também apóia a idéia de tornar públicos os gastos com verba indenizatória.

MARCOS REGULATÓRIOS Relatório de subcomissão aponta caminhos para país retomar o rumo do crescimento

Guia para modernizar a infra-estrutura

O relatório final da Subcomissão Temporária dos Marcos Regulatórios, aprovado na manhã de quinta-feira, defende a apresentação de diversos projetos de leis para aperfeiçoar a regulação de setores responsáveis por atividades consideradas estruturais, como energia, telecomunicações e transporte.

De acordo com o relator da subcomissão, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), foram realizadas 16 reuniões temáticas, com a presença de mais de 50 especialistas dos setores público e privado. O diagnóstico foi dividido em 15 relatórios parciais, com sugestões de proposições legislativas que têm por objetivo o aperfeiçoamento dos marcos, com vistas a incentivar a eficiência econômica e a melhoria da prestação de serviços.

O presidente da subcomissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), pediu a aprovação da PEC 81/03, do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que propõe a constitucionalização de diretrizes para as atividades das agências reguladoras, e da PEC 71/07, de sua autoria. Esta última autoriza as duas Casas do Congresso e suas comissões a convocarem diretores de agências reguladoras para prestar informações e dá ao Senado competência para avaliar anualmente o desempenho das agências reguladoras e de seus dirigentes, além de impedir o contingenciamento de repasse de recursos orçamentários a essas agências.

O relatório agora será analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Confirma a seguir as principais conclusões do documento.

Energia elétrica

Propõe a apresentação de um projeto lei que discipline o licenciamento ambiental de aproveitamento de potenciais hidráulicos considerados estratégicos. Conforme informações de Garibaldi, no Brasil o percentual hidráulico aproveitado é inferior a 30%.

Uma segunda sugestão diz respeito à responsabilização criminal de agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que outorgarem autorizações ou



ANA CAROLINA FERNANDES/FOLHA IMAGEM



CÉLIO AZEVEDO

permissões em desacordo com as normas ambientais.

Combustíveis

Pede a definição de um marco regulatório apropriado e definitivo para o abastecimento de petróleo, derivados, gás natural e biocombustíveis, pois 42% dos investimentos para o setor no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dependem da iniciativa privada.

Sugere, por exemplo, que seja garantida a isonomia tributária entre a área de petróleo e gás e os outros setores de transportes, portos, energia, saneamento básico e irrigação, no âmbito dos incentivos previstos no PAC.

Telecomunicações

Sugere unificar o regime jurídico das diversas modalidades de serviços de TV por assinatura no âmbito da disciplina geral aplicável aos demais serviços de telecomunicações, reguladas, até então, por leis diferentes. A matéria garante conquistas sociais asseguradas pela Lei do Cabo (Lei 8.977/95), como a obrigatoriedade de transmissão de determinados canais, e estabelece a participação de representantes do setor no Conselho de Comunicação Social, na edição de atos normativos.

Garibaldi (E), relator, e Delcídio, presidente: após 16 reuniões, diagnóstico completo aponta as soluções

Petróleo e gás natural

A subcomissão propõe ao Poder Executivo que preveja estímulos ao desenvolvimento de tecnologias de exploração e refino de óleos ultrapesados, que simplifique a legislação tributária e reduza a carga de tributos.

O contingenciamento de recursos da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de gasolina e outros combustíveis (Cide-Combustíveis) também é apontado como prejudicial ao sistema.

Ao Legislativo, o colegiado sugere, entre outras medidas, a alteração da Lei de Penalidades (Lei 9.847/99), para garantir maior rigor e celeridade na aplicação de multas; e a garantia da autonomia financeira e administrativa das agências reguladoras.

Ao Judiciário, é sugerida a agilização das ações referentes ao poder fiscalizador da ANP e outros processos importantes para dinamizar as atividades do setor.

Portos

Na visão da subcomissão, os portos brasileiros precisam ser mais bem aparelhados e as políticas de gestão revistas, para dar maior profissionalização. A subcomissão propôs a revisão do regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias (Lei 8.630/93), que poderia solucionar entraves judiciais que comprometem a dinâmica do setor.

Aviação civil

Uma das soluções para os recentes problemas seria a implantação, sob responsabilidade civil, do sistema de tráfego aéreo por satélite. Ele também sugeriu a descentralização e a privatização dos aeroportos.

A subcomissão apresenta ainda projeto que amplia a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo.

Transportes

O colegiado diagnosticou a necessidade de se conceder maior autonomia à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Recomenda a agilização das licitações de transporte interestadual de passageiros, a recuperação e a manutenção da malha federal e a diminuição da carga tributária que incide sobre o setor.

A subcomissão sugere mais investimentos do governo federal na malha ferroviária e o estímulo a revisões tarifárias periódicas.

Resíduos sólidos

Nas audiências públicas, os debatedores reivindicaram diversas medidas, entre as quais melhor aproveitamento econômico dos resíduos; instituição de programas formais de coleta seletiva; fomento da reciclagem, desoneração tributária do setor; inclusão das cooperativas de catadores na cadeia da logística reversa; e a regulação da responsabilidade pós-consumo, com normas claras para os diversos elos que participam do processo.

Mineração

Em suas deliberações, o Congresso deveria pautar-se pelo princípio de que o setor precisa conduzir seus negócios atendendo às exigências da competitividade local e global, sem descuidar dos conceitos de responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável.

É necessário, entre outras medidas, definir o marco legal e os percentuais cobrados a título de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) e de compensação ambiental.

Comunicação social

A falta de regras adequadas gera prejuízos econômicos aos fabricantes de equipamentos para o setor. Indústrias eletroeletrônicas diminuíram o ritmo de investimentos no país. As empresas de radiodifusão procuram evitar a entrada das empresas de telecomunicações no sistema de TV a cabo, receosas com a perda de faturamento. Por isso defendem a reserva de mercado da produção e da programação de conteúdo audiovisual para empresas de capital nacional.

Foram sugeridas medidas legislativas para concretizar o que a Constituição estabelece para o setor, especialmente num ambiente regulatório de convergência das diversas plataformas tecnológicas, sempre priorizando o interesse do usuário e das empresas nacionais.

Vigilância sanitária

O arcabouço legal na área de saúde é muito falho e esparso, diz o relatório. O Congresso não tem cumprido a sua parte, ao privilegiar alterações pontuais na legislação, em decorrência da ação de grupos de pressão, em vez de dedicar-se a produzir normas gerais. O relator aponta ainda a necessidade de construir uma agência reguladora independente, que garanta a primazia dos interesses da saúde pública sobre as atividades mercantis.

Agências reguladoras

A subcomissão concluiu pela apresentação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) destinada a aperfeiçoar o funcionamento das agências reguladoras. O relator também destacou o apoio da subcomissão à PEC 71/07. A proposição estabelece regras para o acompanhamento do desempenho das agências pelo Poder Legislativo.

Empresas poderão ter que publicar balanço com informações sociais

A exemplo do que ocorre com o balanço patrimonial, publicado anualmente nos principais jornais, as empresas também poderão ter que divulgar o seu respectivo balanço social empresarial. Projeto da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), pretende que a sociedade tome conhecimento do trabalho social desenvolvido pelas empresas, como projetos socioculturais, programas de educação, de conservação ambiental e de proteção às crianças de rua. O texto

aprovado segue agora ao exame das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça (CCJ).

A relatora Patrícia Saboya (PDT-CE) mudou o texto do PLS 224/07 para obrigar apenas as empresas de maior porte a publicarem o balanço social, que conterá informações sobre os benefícios gerados para a comunidade, como o valor de impostos pagos; o valor total recolhido para o FGTS; investimentos em meio ambiente; lucros distribuídos aos empregados e gastos com assistência à saúde.

CDR sugere criar mais quatro ZPEs e aprova verbas para incentivar

Quatro projetos que autorizam a criação de novas zonas de processamento de exportação (ZPEs) foram aprovados pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Os autores dos projetos (PLSs 560, 536, 381 e 515) – respectivamente, senadores Valter Pereira (PMDB-MS), Alvaro Dias (PSDB-PR), José Maranhão (PMDB-PB) e Mário Couto (PSDB-PA) – sugerem que as ZPEs sejam instaladas em Ponta Porã (MS), Foz do Iguaçu (PR), Cabedelo (PB) e Castanhão (PA). As propostas serão agora

examinadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A CDR também aprovou o PLC 22/03, que disciplina as atividades das agências de turismo, com alterações feitas pelo relator, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Os senadores aprovaram ainda as cinco emendas ao Plano Plurianual (PPA) para o período 2008 a 2011 a serem feitas pela comissão. Os recursos totalizam mais de R\$ 4 bilhões e foram direcionados para projetos de infra-estrutura turística e fortalecimento do turismo interno.

COMISSÕES

Extensão rural cobra mais recursos federais

A extensão rural é o único serviço capaz de articular todas as políticas públicas no interior do país, de acordo com o diretor do Departamento Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Argileu Martins, que participou na quarta-feira de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Posição semelhante foi manifestada pelo presidente da Associação Brasileira de Extensão Rural (Asbraer), José Silva Soares, que também apresentou proposta de aumento de 7% para 35% dos recursos federais no orçamento do Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater).

No debate, proposto pelo senador Neuto de Conto (PMDB-SC), presidente da CRA, os senadores Jonas Pinheiro (DEM-MT), João Tenório (PSDB-AL) e Pedro Simon (PMDB-RS) saudaram o que classificaram de “renascimento” da extensão rural no Brasil. Já Marisa Serrano (PSDB-MS) alertou para a necessidade de maior orientação técnica em assentamentos de reforma agrária para dar viabilidade agrícola às áreas.

Argileu Martins ressaltou o crescimento da orientação técnica prestada aos cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos rurais familiares e o papel da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), voltada tanto para serviços governamentais como para as demais entidades que atuam no setor – como organizações não-governamentais e escolas

de alternância.

– A extensão rural brasileira hoje tem um rumo e, por sua capilaridade, é capaz de fazer convergir o conjunto de políticas públicas ofere-

tadas aos municípios – opinou.

Como representante das empresas governamentais de extensão rural, José Silva Soares informou que, do R\$ 1,5 bilhão do orçamento de 2007 daquelas empresas, os estados respondem por 79% dos recursos, o governo federal, por 7,5%, os municípios, por 5,2%, sendo o restante oriundo de outras fontes. A Asbraer quer ampliar a participação federal para 35% do orçamento do Sibrater. O serviço, realizado por 16.600 extensionistas rurais, está presente em 4.600 municípios e beneficia 2,4 milhões de agricultores familiares, disse ele.

Sistema permite convergência de políticas públicas para municípios



Em reunião da CRA, senadores Flexa Ribeiro e Osmar Dias examinam dados apresentados pelos debatedores

Senadores saúdam o “renascimento” do setor

O senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) manifestou apoio do Congresso Nacional ao fortalecimento do serviço e saudou o “renascimento da extensão rural pública”. Ele defendeu ainda a apresentação de emenda da CRA ao Orçamento da União de 2008, em favor da extensão rural.

Também o senador Pedro Simon (PMDB-RS) destacou a importância da recuperação do setor e declarou seu apoio às demandas das entidades.

– O aumento da participação federal no orçamento do Sibrater deve ser a principal bandeira da Frente Parlamentar Mista pela Extensão Rural – opinou Simon. Ele lembrou a relevância da frente, da qual é vice-presidente, lançada no Congresso Nacional em 3 de outubro.

A importância da orientação

técnica para o sucesso das atividades rurais, em especial para os agricultores assentados em projetos de reforma agrária, foi destacada pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS). Ela manifestou preocupação com o assentamento implantado na Fazenda Itamarati, em seu estado, um dos maiores do país.

O senador Neuto de Conto (PMDB-SC) alertou para a inadequação das políticas ambientais, que muitas vezes “prejudicam o desenvolvimento da pequena propriedade”. Ele sugeriu a regionalização da legislação que trata das questões de meio ambiente no Brasil.

Já o senador João Tenório (PSDB-AL) cobrou informações prometidas pelo Inbra, sobre os índices de produtividade em áreas de reforma agrária.



Aterro sanitário de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, vende crédito de carbono para a Holanda

Lucro limitado pela desinformação

A falta de conhecimento sobre as oportunidades do mercado de carbono impede uma maior participação do Brasil no comércio internacional de créditos gerados pela redução da emissão de gases do efeito estufa. A opinião é de especialistas que participaram na última terça-feira de audiência pública na Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas.

Para o coordenador de projetos da Fundação Getúlio Vargas, Virgílio Horácio Gibbon, os bons resultados do leilão de créditos de carbono realizado em setembro pela Bolsa de Mercadorias e Futuro (BM&F) deverão atrair novas oportunidades de negócios.

Já Branca Americana, assessora do Ministério da Ciência e Tecnologia, e Maurik Jehee, superintendente de Vendas de Crédito de Carbono do Banco Real, ressaltaram as potencialidades do país na realização de projetos voltados ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) – instrumento do Protocolo de Kyoto que permite aos países em desenvolvimento negociarem créditos pela redução de gases que causam o aquecimento global.

Virgílio Gibbon destacou convênio firmado entre o Banco Mundial e a Finep para a capacitação de empresas e operadoras do mercado financeiro, como forma de ampliar o conhecimento sobre oportunidades de negócios que envolvem a redução de emissões.

– A venda de 800 mil certificados em leilão da BM&F, que rendeu à prefeitura de São Paulo R\$ 34 milhões pela captura de mais de 808 mil toneladas de gás metano no aterro Bandeirantes, mostra o potencial do mercado e deverá ampliar o interesse por novos projetos – afirmou Gibbon.

Em resposta a questionamento do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), Gibbon apontou como uma das principais contribuições do Congresso o desenvolvimento de normas para regular o mercado de carbono. Branca Americana manifestou sua preocupação com a necessidade de adequar a normatização brasileira e a legislação internacional para o setor.

– A adoção de uma lei inadequada poderá reduzir as oportu-

nidades previstas no MDL – advertiu.

Como forma de aumentar a participação brasileira, Maurik Jehee aponta a necessidade de maior divulgação em áreas que já manifestaram potencial na redução de emissões – e conseqüente geração de créditos de carbono –, como suinocultura, aterros sanitários e projetos de aproveitamento de biomassa.

A audiência foi presidida pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS) e por Fernando Gabeira. Após o debate, o colegiado aprovou dois requerimentos:

um de Renato Casagrande (PSB-ES), para debate sobre mudanças climáticas e sustentabilidade; e outro de Valter Pereira, para discutir os efeitos do aquecimento global sobre o Pantanal. Também foi acolhido requerimento de Magno Malta (PR-ES), que propõe participação da comissão mista em seminário do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, realizado nos dias 25 e 26 de outubro, no Rio de Janeiro.

Potencial do mercado internacional é subexplorado pelo país

Saiba mais sobre o mercado de carbono

Protocolo de Kyoto - Acordo assinado por 141 países na cidade de Kyoto, no Japão, em 1997, que estabelece metas de redução de gases de efeito estufa. Apenas 30 países desenvolvidos estão sujeitos à meta de redução de emissões - de 5,2%, em média, em relação a 1990. O protocolo somente começou a vigorar em 2005, depois da entrada da Rússia, completando o limite mínimo estipulado para a efetivação do protocolo - adesão de países responsáveis por pelo menos 55% das emissões globais.

Mercado de créditos de carbono - Criado a partir do Protocolo de Kyoto, entrou em vigor em fevereiro de 2005 e regulamenta a negociação de créditos entre países industrializados e países em desenvolvimento. Prevê que os países desenvolvidos, que têm metas de redução de emissões de poluentes, podem adquirir créditos ou títulos de projetos que reduzem a poluição em países em desenvolvimento. O Brasil tem cerca de 230 projetos em fase de aprovação pela ONU.

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) - Instrumento de flexibilização do Protocolo de

Kyoto, permite que os países desenvolvidos negociem parte de suas metas de redução de gases de efeito estufa com outras nações. Países em desenvolvimento podem implementar projetos que contribuam para o desenvolvimento sustentável e que apresentem uma redução de emissões de gases causadores do aquecimento global, obtendo créditos. Os projetos de MDL podem ser baseados em fontes renováveis e alternativas de energia, eficiência e conservação de energia ou reflorestamento.

Créditos de carbono ou Redução Certificada de Emissões (RCE) - São certificados emitidos quando ocorre a redução de emissão de gases do efeito estufa. Por convenção, uma tonelada de dióxido de carbono (CO₂) equivalente corresponde a um crédito de carbono.

Mercado voluntário - Alternativa de comercialização de reduções de emissões por parte de grupos e setores que não precisam diminuir suas emissões conforme o Protocolo de Kyoto, ou mesmo empresas de países não signatários do acordo internacional.

COMISSÕES

Entidades sociais pedem mais verba

Representantes de entidades ligadas a movimentos sociais disseram em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) que a aprovação de emendas ao Orçamento para 2008, com o objetivo de atender às necessidades específicas dos públicos que representam (entre os quais mulheres, idosos e pessoas com deficiência), é fundamental para a sobrevivência de suas organizações. A reunião foi realizada a pedido do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS).

A subsecretária de Articulação Institucional da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Sônia Malheiros Miguel, declarou que já está enviando propostas para ampliar os recursos da secretaria previstos no Orçamento de 2008, fundamentais para efetivar as iniciativas de valorização da mulher em vários áreas de atuação.

A secretária-executiva do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos, Jurilza Maria Mendonça, afirmou que, apesar de os idosos já serem 11% da população brasileira, não há recursos suficientes, por parte do governo, para executar programas de interesse desse segmento da população. Para ela, é fundamental que a CDH possa, por meio das emendas, garantir o atendimento aos idosos.

Já o presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Antônio Luis dos Reis,



Representantes de movimentos sociais, em reunião presidida por Paulo Paim (C), defendem emendas ao Orçamento para 2008

disse que o segmento que representa é o único que ainda não dispõe de nenhuma legislação que garanta seus direitos. Por isso, frisou, a prioridade da associação é lutar para a aprovação de leis que assegurem proteção aos homossexuais.

Para as duas entidades representativas das pessoas com deficiência – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa

Portadora de Deficiência (Conade) e Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde) –, a legislação brasileira voltada para seu público-alvo é “muito boa e

rica”, mas faltam recursos para viabilizar o atendimento aos programas voltados para a inclusão das pessoas com deficiência física na sociedade em geral.

Marco Bandeira, do Conade, destacou a grande dificuldade da instituição para tornar a legislação para o setor uma realidade. Já Liliane Cristina Bernardes, do Corde, ressaltou a necessidade de recursos para a capacitação de pelo menos 40 mil agentes sociais, em todo o país, com especialização na área de acessibilidade.

O subsecretário de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria

Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Alexandro Reis, destacou que a audiência pública realizada pela CDH é um oportunidade para se articular, a partir do Orçamento da União, a ampliação de ações e políticas da instituição.

Emendas para combater violência

Por unanimidade, a CDH aprovou as cinco emendas que vai apresentar ao Orçamento para 2008. O combate à violência sexual contra crianças e adolescentes e à violência contra a mulher, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), é um dos assuntos contemplados

nas emendas. Segundo o relator, Paulo Paim, as emendas incluem outras sete propostas que estavam sendo analisadas pela comissão. Ele disse que deverá designar o senador Flávio Arns (PT-PR) para a relatoria das emendas.

Outra emenda visa apoiar a divulgação e preservação da cultura indígena. A capacitação de cuidadores de idosos em instituições públicas de longa permanência está prevista em outra emenda. A comissão preocupou-se ainda com ações voltadas para o combate à homofobia e promoção da cidadania à população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, ao garantir recursos para a realização da Conferência Nacional GLT.

Debatedores disseram que recursos garantirão sobrevivência

Voz do Brasil pode ter horário flexibilizado

O ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Franklin Martins, afirmou na última quarta-feira que o governo está aberto para discutir a flexibilização do horário do programa *Voz do Brasil*. Em debate promovido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), ele reconheceu que a regra de transmissão do programa em horário único, entre 19h e 20h, de segunda a sexta-feira, tem sido rompida pela multiplicação de limitares obtidas por emissoras contra essa obrigação.

– Quando começa esse faroeste jurídico, fica evidente que está na hora de o Congresso avançar e produzir norma que reflita a nova realidade – disse.

A audiência foi proposta pelo presidente da CCT, Wellington Salgado (PMDB-MG), para orientar os senadores na decisão sobre três propostas que buscam alterar o horário de transmissão do programa – o PLS 53/03, do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que tramita em conjunto com o PLS 219/05, assinado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), e o PLS 294, do senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Tanto os expositores quanto os parlamentares concordaram que o programa *Voz do Brasil* ainda é importante, especialmente para



Franklin Martins: “faroeste jurídico” deixa claro que é hora de mudar norma

as populações de locais distantes de grandes centros, onde ainda é reduzido o acesso a outros meios de comunicação que não o rádio. O setor de radiodifusão inclusive admite que há emissoras economicamente frágeis, que só contam com o programa para veicular informações de cunho jornalístico.

Mas o representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Paulo de Carvalho Neto, questionou a obrigação de transmissão do programa. Segundo ele, a medida fere a liberdade das emissoras de veicular informações que consideram mais úteis. E o ouvinte também está sendo atingido em seu direito a uma programação que não seja a *Voz do Brasil*.

Programa nuclear deve estar concluído até 2014

Caso se confirmem os investimentos previstos pelo governo de R\$ 1 bilhão nos próximos anos, o programa nuclear brasileiro estará concluído até 2014. O anúncio foi feito na quinta-feira pelo comandante da Marinha, almirante Julio de Moura Neto, durante audiência conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Ciência e Tecnologia (CCT).

Depois de sete anos em “estado vegetativo”, como definiu o almirante, o programa será retomado em 2008, ao receber R\$ 130 milhões. Ele permitirá que o país domine todo o ciclo de combustível

nuclear e conclua o projeto do Laboratório de Geração Nuclear-Elétrica (Labgene), que conterà um reator de 11 MW de potência, suficiente para iluminar uma cidade de 20 mil habitantes.

– O programa nuclear é uma das grandes vitórias tecnológicas do país – definiu Moura Neto, ressaltando a dualidade do programa, destinado à produção de energia elétrica e à propulsão de submarinos nucleares.

De 1979 até hoje, informou, foi investido o equivalente a US\$ 1,1 bilhão. Já existe domínio tecnológico sobre o ciclo do combustível nuclear, mas algu-

mas etapas desse ciclo ainda são realizadas fora do país. O *yellow cake*, produto da primeira etapa de beneficiamento do urânio, atualmente é enviado ao Canadá para ser convertido em gás, que é remetido à Europa para enriquecimento. Então volta ao Brasil para ser convertido em pastilhas que alimentarão as usinas nucleares.

A usina brasileira de transformação do *yellow cake* em gás, segundo o comandante, ficará pronta em 2010. E a Marinha vem fornecendo pouco a pouco à Indústria Nuclear Brasileira (INB), em Resende (RJ), centrífugas

para a produção de combustível nuclear para as usinas Angra 1 e 2 – além de Angra 3, ainda em estudos. Ele recordou que só sete países dominam todo o ciclo de produção de energia nuclear.

O almirante informou ainda que o primeiro submarino nuclear brasileiro poderá estar pronto em 2020. A grande vantagem desse submarino em relação aos convencionais é que ele pode permanecer períodos mais longos embaixo d’água. Com isso, pode ser considerado uma “arma de grande efeito de dissuasão”, capaz de ajudar a patrulhar a extensa costa brasileira.

Mercosul buscará entendimento sobre direitos humanos

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul vai procurar um entendimento sobre direitos humanos entre os países do Mercosul por meio do seminário “O Parlamento do Mercosul e os Direitos Humanos”, em data a ser definida.

A representação também aprovou o texto do Acordo sobre Complementação Energética Regional entre os Estados-Partes do Mercosul e Estados Associados, cujo objetivo é avançar na integração energética entre os países do bloco em matéria de sistemas de produção, transporte, distribuição e comercialização de energéticos.

Sob a presidência do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), foi aprovada ainda matéria que submetia ao Congresso Nacional a análise do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58, que propõe um acordo econômico entre os Estados-Partes do Mercosul (Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina) e o Peru. O documento prevê o estímulo à livre circulação de mercadorias e serviços entre os signatários, mediante a eliminação de restrições tarifárias.

CONGRESSO

Sessão homenageia Ernesto Che Guevara

Com a presença do embaixador de Cuba, Pedro Juan Núñez Mosquera; do presidente da Associação dos Cubanos Residentes no Brasil, Tisso Saenzi; e de deputados federais, o Senado homenageou terça-feira passada o guerrilheiro argentino Ernesto Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana. A sessão especial foi aberta pelo presidente interino da Casa, Tião Viana, que destacou a dimensão da memória de Che. A homenagem foi realizada por requerimento do senador José Nery (PSOL-PA), na passagem dos 40 anos da morte do líder revolucionário, na selva boliviana. Estudantes, líderes sindicais e militantes de movimentos sociais estiveram na sessão.

Para Tião Viana, “Che Guevara vive no inconforto e na vontade de mudança por um mundo melhor e mais justo”. Ele definiu como ímpar a ação humanitária e médica de Che, sobretudo na luta em favor dos hansenianos.

Segundo José Nery, a homenagem que propôs busca honrar a memória de Che, “num momento em que setores reacionários da imprensa brasileira fazem ataques virulentos e mentirosos contra a verdadeira história do jovem médico argentino que virou herói latino-americano”. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse que Che Guevara dedicou

sua vida à causa da integração latino-americana, da liberdade, da democracia, do povo latino-americano”.

Críticas à revista *Veja*, pela reportagem sobre Ernesto Che Guevara, deram o tom do discurso de João Pedro (PT-AM). “*Veja* publicou matéria de uma estupidez, de uma agressão tão baixa que nós não poderíamos deixar de repudiar essa tentativa de desconstituir não só a história do Che, mas de desqualificar a luta da esquerda no Brasil e na América Latina”, afirmou. Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a integração dos países latino-americanos e frisou o caráter de Che, que não teria se encantado com o poder alcançado em Cuba.

Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou o bloqueio dos Estados Unidos a Cuba. Ele lembrou que os canadenses, vizinhos dos Estados Unidos, têm uma política oposta ao bloqueio. Sibá Machado (PT-AC) ressaltou o sucesso da revolução cubana, mesmo enfrentando o boicote econômico norte-americano. Inácio Arruda (PCdoB-CE) lembrou que Che, como ministro da Indústria de Cuba, planejava ver o país produzindo tecnologia de ponta e computadores.

Serys Slhessarenko (PT-MT) afirmou que o líder é uma “figura mundial que traduz todo o significado da luta pela igualdade e liberdade”.

Luta em favor dos hansenianos é ressaltada por Tião Viana



Autor da homenagem a Che, José Nery menciona “ataques mentirosos de setores da imprensa contra a história do líder”

Senadores comemoram os 100 anos de criação de Anápolis

Em sessão especial de homenagem aos 100 anos de criação do município de Anápolis (GO), os senadores Marconi Perillo (PSDB-GO) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) defenderam a instalação na cidade de uma zona de processamento de exportação (ZPE).

Marconi, que foi o primeiro subscritor do requerimento de realização da sessão, disse que um exemplo da vocação industrial da cidade é o pólo farmacológico e o Laboratório Teuto-Brasileiro.

Lúcia Vânia ressaltou que a

cidade abriga mais de 15 indústrias do ramo, que geram cerca de 5 mil empregos diretos e 12 mil indiretos.

Demostenes Torres (DEM-GO) defendeu a criação do curso de Medicina no *campus* da Universidade Federal de Goiás instalado em Anápolis.

Participaram ainda da sessão o secretário da Indústria e Comércio do estado de Goiás, Ridoval Darci Chareloto, representando o governador do estado e o prefeito de Anápolis, Pedro Fernando Sahiú; entre outros.

Decisão do TSE foi necessária, diz Viana

O presidente interino do Senado, Tião Viana, considerou necessária a resolução aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para disciplinar o processo de perda de mandato por infidelidade partidária. A decisão estabelece, para os políticos eleitos pelo sistema proporcional (vereadores e deputados), o dia 27 de março como data-limite para a troca de partido. Para os cargos majoritários (presidente da República, governadores, prefeitos e senadores) o limite fixado foi 16 de outubro. As datas correspondem aos dias em que o tribunal respondeu às consultas sobre o assunto.

Com a decisão, os senadores Romeu Tuma (PTB-SP), César Borges (PR-BA), Edison Lobão (PMDB-MA), Patrícia Saboya (PDT-CE), Roseana Sarney (PMDB-MA), Expedito Júnior (PR-RO) e Fernando Collor (PTB-AL) não correm risco de perda de mandato, pois mudaram de partido antes de 16 de outubro.

Viana disse, no entanto, que preferia que o Congresso tivesse legislado sobre o assunto.



Viana aprova resolução que estabelece datas-limite para troca de partido: Congresso não teve condições de legislar sobre o assunto

– Acho que a decisão foi, no seu conjunto, necessária porque o Congresso não teve condições de legislar sobre a matéria. Agora, eu penso que mais diálogo entre as instituições seria sempre melhor. Mas, na omissão do Congresso, é evidente que o TSE sentiu-se na obrigação de adotar uma interpretação definitiva.

Questionado também sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que manteve o direito de greve dos servidores públicos, mas determinou que suas paralisações devam seguir as mesmas regras do setor privado, Viana reconheceu que esse é mais um assunto em que faltou ao Parlamento legislar.

Jayme Campos condena infidelidade partidária

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que reafirmou a fidelidade partidária – confirmada dias depois no Senado com a aprovação de projeto que estabelece punições para as trocas de partido – foi defendida por Jayme Campos (DEM-MT).

– Houve revigoramento da militância nas bases estaduais e surgimento da confiança política da comunidade após a confirmação da fidelidade partidária – disse.

O senador também chamou a atenção para a importância de discutir, no Congresso e fora dele, outras questões relativas ao tema, como o financiamento público de campanha, a eleição por listas e o voto distrital. Jayme Campos afirmou ainda ter comentado com Marco Maciel (DEM-PE), presidente da CCJ, a necessidade de parcimônia na apresentação de propostas de emenda à Constituição. Só

na pauta da última quarta-feira havia 21 PECs, ressaltou.

– É preciso discutir essa questão ou, caso contrário, a Constituição se tornará uma colcha de retalhos. Os senadores não estão nem sabendo o que é votado.

Em aparte, Maciel citou o jornalista Prudente de Moraes Neto, ao afirmar que “o Parlamento não é uma fábrica, e sim um local cuja virtude está em apurar e decantar as proposições”.

Parlamentares manifestam-se contra o aborto

As recentes declarações do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, de que a legalização do aborto poderia diminuir a violência nas favelas da capital do estado, foram criticadas por Marcelo Crivella (PRB-RJ).

O senador afirmou que a principal responsável pela violência no estado é a imensa e histórica desigualdade social brasileira, que atinge “níveis absurdos”.

– As mais de um milhão de pes-

soas que moram nas cerca de 700 comunidades carentes do Rio são, na verdade, as que sofrem a mais perversa violência – disse.

Tião Viana (PT-AC) também manifestou-se contra o aborto. Ele frisou entender que já é hora de o Brasil organizar uma força-tarefa para evitar a gravidez indesejada, cuja interrupção é a quarta causa de óbito entre as mulheres no país. Ele foi questionado sobre críticas do presidente

da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Geraldo Lyrio Rocha, às declarações de Sérgio Cabral.

– Acho que esse é um assunto da maior seriedade, da maior complexidade, porque envolve aspectos jurídicos, políticos, filosóficos, éticos e religiosos, e todos temos o dever de expor nossas posições. Eu, pessoalmente, externei inúmeras vezes a minha posição contrária ao aborto – disse.

CONVOCAÇÃO DE JUIZ - Serys Slhessarenko (PT-MT), Ideli Salvatti (PT-SC) e Fátima Cleide (PT-RO) apresentaram requerimento à Mesa para que o juiz Edilson Rodrigues, de Sete Lagoas (MG), seja convocado a prestar esclarecimentos sobre sua decisão de considerar inconstitucional a Lei Maria da Penha, que pune crimes de violência doméstica.

REVOLUÇÃO BOLIVARIANA - A partir de reportagem do *Correio Braziliense*, Gerson Camata (PMDB-ES) advertiu o Senado sobre a suposta tentativa de Hugo Chávez, presidente da Venezuela, de implantar células de uma revolução marxista no país. Segundo o jornal, 15 diplomatas venezuelanos já estariam atuando em vários municípios brasileiros.

EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - Mão Santa (PMDB-PI) leu em Plenário denúncia do jornal *Valor Econômico* publicada no dia 22, segundo a qual servidores do Piauí que fizeram empréstimos consignados estão na lista de devedores dos sistemas de proteção ao crédito porque a quantia descontada de seus contracheques não foi repassada aos bancos.

FRAUDE DE LEITE - Romeu Tuma (PTB-SP) cobrou punição rigorosa para a quadrilha de fraudadores de leite desmontada pela Operação Ouro Fino, empreendida pela Polícia Federal em conjunto com os ministérios públicos Federal e Estadual de Minas Gerais no início desta semana. Ele destacou o potencial de dano à saúde pública desse tipo de crime, flagrado em laticínios de Uberaba e Passos.

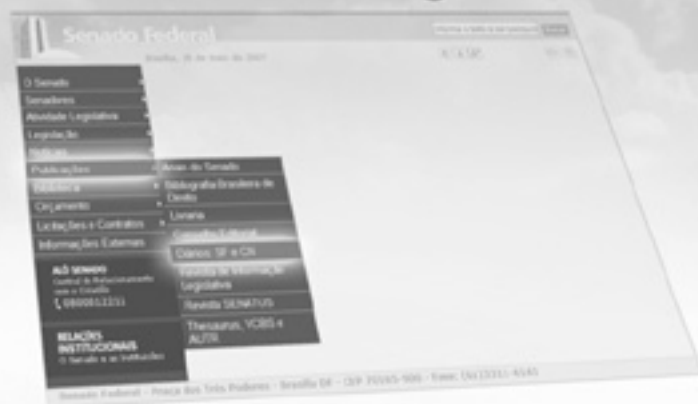
DIÁRIOS

SENADO CONGRESSO

Senado Federal
Arquivos na íntegra
desde 1977

Congresso Nacional
Arquivos na íntegra
desde 2001

acesse:
www.senado.gov.br



Busca
textual

Acesso
rápido
SF e CN

Pesquisa
por data

Política de
Acessibilidade



O portal de publicações segue normas internacionais de acessibilidade e está em conformidade com orientações de sustentabilidade e economia propostas pela Mesa Diretora do Senado Federal.

SEEP - Serviço de Multimídia

**OS DIÁRIOS DO SENADO E DO CONGRESSO NACIONAL ESTÃO DISPONÍVEIS
INTEGRALMENTE EM NOVO FORMATO NA INTERNET.**

**TRANSPARÊNCIA, ACESSIBILIDADE E MODERNIDADE NA DIVULGAÇÃO
DAS ATIVIDADES DO PARLAMENTO.**

SEEP - SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN
SUBCOMISSÃO TÉCNICA ESPECIAL DE INTERNET

Voz do Leitor

VOTO SECRETO

“Quero expressar minha indignação e repúdio ao voto secreto, pois assim fica difícil o cidadão brasileiro exercer sua cidadania. Como podemos cobrar algo dos nossos representantes, se não sabemos como eles votaram?”

Wanderley Fraga Viana, de Itabuna (BA)

DESAPARECIDOS

“Peço que os restos dos corpos dos brasileiros mortos durante o regime militar sejam entregues aos seus familiares, ou que seja indicado aos parentes o local onde se encontram, a fim de proporcionar a eles sepultamentos condignos, o que é direito elementar de todo ser humano. Isso diminuiria o sofrimento por que passam os parentes e consolidaria de vez o processo de anistia, sem revanchismos, bravatas e ódios.”

Luiz Mendes Cordeiro, de Barbacena (MG)

VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO

“As autoridades em geral são responsáveis indiretamente por tragédias que ocorrem no Brasil, tais como os acidentes de motoristas embriagados que chegam a tirar a vida de famílias inteiras. Precisamos de leis enérgicas sobre essa questão, com urgência.”

Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)

CONGRESSO

“O corporativismo entre os membros eleitos do Congresso torna-se empecilho duro contra a transparência das Casas legislativas de nosso país.”

Célio Borba, de Curitiba (PR)

PROJETOS

“Solicito que os senhores parlamentares agilizem a votação dos projetos de iniciativa da Presidência da República, pois eles levam mais de dois anos

para serem aprovados ou não, e o tempo de mandato do presidente é de apenas quatro anos.”

José Joaquim da Silva, de Belo Horizonte (MG)

DESARMAMENTO E CPMF

“Considero ultrajante a manobra perpetrada pelo governo para aprovar na Câmara da prorrogação da CPMF. A MP 379/07 – que, dentre outros assuntos, reduzia as taxas para o registro de armas e prorrogava o prazo para recadastramento – foi simplesmente revogada do dia para a noite, para liberar a pauta da Câmara, deixando 14 milhões de brasileiros na ilegalidade. Tais cidadãos são proprietários de armas de fogo legalmente adquiridas antes do Estatuto do Desarmamento e que não fizeram o recadastramento, muito por culpa da burocracia e das altas taxas cobradas. Em 20 de setembro, nova MP alterando o estatuto foi editada, mas quero demonstrar minha indignação com um governo que não respeitou os cidadãos, ignorando a situação de milhões por causa da pressa em aprovar uma emenda.”

Eduardo Paoliello, de Belo Horizonte (MG)

PIAUI

“Achei de uma nobreza muito grande a atitude do senador Mão Santa em defender o Piauí do comentário maldoso e tolo do presidente do movimento Cansei, que disse que se o Piauí deixar de existir ninguém vai ficar chateado.”

Vicente Marques, de São Paulo (SP)

AGRICULTORES

“Parabenizo os parlamentares pela decisão de aprovar a lei de incentivo aos agricultores para a preservação da natureza. Sugiro o mesmo incentivo na proteção da caatinga e do cerrado brasileiros.”

Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Ambiente legal

Desmatamento na fronteira

Informações compiladas pelo Ibama, com dados coletados pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), mostram que a derrubada da floresta aumentou 107% em Mato Grosso, 53% em Rondônia e 3% no Acre. E segundo a revista *Veja*, a derrubada de floresta na região da fronteira de Rondônia com a Bolívia cresceu 600%



nos últimos 12 meses. Esses dados obrigam o governo a rever a política ambiental para a região.

O plástico vira “madeira”

A empresa Wisewood, do grupo Ultra, está iniciando a produção em larga escala de “madeira plástica”, fabricada com material reciclado. A unidade, localizada em Itatiba (SP), tem capacidade para produzir mensalmente 900 toneladas de itens como dormen-

tes, cruzetas para postes de energia e tapumes. O processo de produção da “madeira plástica” foi desenvolvido por uma pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e dois engenheiros formados pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

Navios devem poluir menos

Os gases do efeito estufa emitidos por navios equivalem aos de todos os carros que rodam nos Estados Unidos. Essa afirmação foi feita pelo procurador-geral do estado da Califórnia, estado que se juntou a três organizações ambientais para requerer ao

governo federal que regulamente a emissão de CO² por navios. Não há nenhuma regulamentação a respeito. Os navios poderiam reduzir suas emissões navegando mais devagar e utilizando combustíveis mais limpos ou motores mais modernos.

Ovelho ditado “rir é o melhor remédio” está ganhando respaldo científico. Pesquisas comprovam que boas risadas podem ter o efeito de uma sessão de ginástica: protegem o coração, aliviam o estresse, fortalecem o sistema imunológico, facilitam a digestão e limpam os pulmões.

BIOQUEROSENE PARA AVIÕES - As companhias aéreas vão promover no ano que vem os primeiros testes com bioquerosene, intensificando as ações para limitar a emissão de poluentes na atmosfera e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. A iniciativa deverá movimentar bilhões de dólares, do cultivo da matéria-prima à construção de usinas de refino e à logística.

GÁS CARBÔNICO NA ATMOSFERA - Estudo feito por pesquisadores do Reino Unido mostra que a concentração de gás carbônico na atmosfera terrestre cresceu 35% desde o ano 2000, registrando uma aceleração sem precedentes. Os cientistas advertem que, a prosseguir nesse ritmo, os efeitos das mudanças climáticas se farão sentir mais cedo e de forma mais aguda do que o previsto até agora.

Frases

“Respeitem a opinião alheia! Se nos xingam porque não sabem respeitar opiniões divergentes, vocês são tudo, menos democratas”

Jefferson Péres, para quem são “fascistóides” os críticos ao apoio do PDT à prorrogação da CPMF, com redução da alíquota.

“Não é bom que o Senado tenha corredores escuros”

Tião Viana, pela transparência nos gastos da Casa.

“Não podemos ser indiferentes. Os jovens de 16 anos não estão mais preocupados em tirar o título de eleitor”

Garibaldi Alves Filho, comentando pesquisa do *Tribuna do Norte*, de Natal.

“Eu estranho que, em mais de 30 anos de vida pública e com história irretocável, o deputado Carlos Wilson agora seja alçado à condição de chefe de quadrilha”

João Pedro, sobre a CPI do Apagão ter incriminado o ex-presidente da Infraero.

“O deputado Carlos Wilson é um São Jorge de prostíbulo, olha tudo e nada faz”

Demostenes Torres, relator da CPI do Apagão Aéreo.

“Quando hoje alguém olha para essas comunidades carentes e vê ali traficantes, prostitutas, vendedores de pirataria, na verdade, não vê a realidade. Ali, é o monumento à exploração do homem pelo homem, à desigualdade social a níveis absurdos”

Marcelo Crivella, ao condenar declaração do governador fluminense Sérgio Cabral, de que a taxa de fertilidade de mães faveladas é uma “fábrica de produzir marginal”.

“Acho que não se pode ficar no troca-troca abusivo, mas não se pode fechar de vez as portas. Não há no mundo casamento indissolúvel”

Edison Lobão, sobre a possibilidade de o DEM pedir de volta o mandato dos senadores que, como ele, trocaram de partido.

Foto da Semana

A contribuição sindical obrigatória levou dirigentes sindicais e parlamentares ao presidente interino do Senado, Tião Viana. Acompanhados do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, eles pediram a rejeição da emenda aprovada na Câmara dos Deputados, que extingue a cobrança



J. FREITAS

Ignácio Loyola na TV Senado

O programa *Leituras*, da TV Senado, conversou com o escritor Ignácio de Loyola Brandão durante a 12ª Jornada Nacional de Literatura de Passo Fundo (RS). Considerado um dos principais escritores do Brasil, Ignácio Loyola falou sobre dois livros: *A altura e a largura do nada* e *Não verás pais nenhum*.

No primeiro, ao se voltar para a sua cidade natal, Araraquara, interior de São Paulo, Loyola mistura ficção com realidade e fala de sexo, religião e política,

sempre com ironia e muito bom humor.

Não verás pais nenhum foi editado pela primeira vez em 1981 e é o mais traduzido do escritor, recebendo, inclusive, o Prêmio Illa de melhor livro latino-americano publicado na Itália, em 1983. A preocupação de Loyola com o meio ambiente, já naquela época, é um dos fatores que torna a obra completamente atual.

O *Leituras* será exibido neste sábado, às 9h30 e às 20h, e domingo, às 8h e 20h30.



Ignácio Loyola Brandão, considerado um dos principais escritores do Brasil, fala sobre dois de seus livros no programa *Leituras*

FOTOS: DIVULGAÇÃO/TV SENADO

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

Ivanildo, o sax de ouro, em show e entrevista no Espaço Cultural

O *Espaço Cultural* da TV Senado (sábado, às 24h, e domingo, às 14h30) apresenta



show e entrevista com o músico pernambucano Ivanildo, o "sax de ouro". Conhecido por dominar com maestria o instrumento de sopro, Ivanildo interpreta clássicos do choro e da música popular brasileira. Na entrevista, fala sobre sua obra e a homenagem do Clube do Choro pelos seus 30 anos de carreira.

Os caminhos da merenda escolar no Fique por Dentro da Lei

O programa *Fique por Dentro da Lei* desta terça-feira, às 8h30, vai entrevistar Albaneide Peixinho, coordenadora-geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação,

sobre merenda escolar. A atração irá mostrar como é feito o repasse de verbas federais para estados e municípios, qual o valor repassado e como a população pode fiscalizar a utilização do dinheiro transferido.

Aumento da licença-maternidade para seis meses é tema de debate

Por unanimidade, a Comissão de Direitos Humanos do Senado aprovou proposta da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) que amplia a licença-maternidade de quatro para seis meses. O assunto é tema do *Conexão Senado* desta segunda-feira, que a Rádio Senado transmite ao meio-dia.

O projeto, que autoriza o governo a instituir um programa específico para prorrogar o bene-

fício por mais 60 dias e cria para as empresas privadas que optarem por seis meses de licença o programa Empresa Cidadã - com previsão de incentivo fiscal -, tramita agora na Câmara. Mas representantes dos movimentos feministas temem que a prorrogação da licença prejudique as mulheres no mercado de trabalho no que diz respeito a contratações e até salário.

Especialista em macroeconomia analisa o mercado de trabalho

O professor José Márcio Camargo, da Faculdade de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, fala ao programa *Senado Economia* da Rádio Senado nesta segunda, às 8h30. José Márcio,

especialista em Economia do Trabalho e Macroeconomia, aborda o mercado de trabalho e as dificuldades de emprego diante das inovações tecnológicas. Fala ainda sobre perspectivas da economia brasileira.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras
1h30 - Conversa de músico
2h - Especiais
3h - Inclusão/Diplomacia
4h - Cidadania Debate
5h - Cidadania Entrevista
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Leituras
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Diplomacia/Inclusão
9h - Parlamento Brasil
9h30 - Alô Senado
10h - Especial/Comissões
12h - Cidadania Entrevista
12h30 - Direto do Cafezinho
13h - Cidadania Debate
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Alô Senado ou Leituras
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Direto do Cafezinho
9h30 - Comissões (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Comissões (inéditas) ou reapresentação)
18h45 - Direto do Cafezinho
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

SÁBADO - 03.11.2007

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras - Início de Loyola Brandão
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado
7h15 - Ecosenado
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração
8h30 - TV Brasil Internacional - Hecho a Mano
9h30 - Leituras (Reprise)
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? - Kathleen Battle e Jessye Norman
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Mesa Brasileira - Quitandas e Quitutes
16h30 - Salão Nobre
17h30 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (Reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h - Leituras (Reprise)
20h30 - Ecosenado
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Salão Nobre
22h30 - Diplomacia
23h30 - De coração
24h - Espaço Cultural - Ivanildo Sax de Ouro

DOMINGO - 04.11.2007

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Leituras (Reprise)
4h30 - De coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional América do Sul Hoje
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras (Reprise)
8h30 - De coração
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (Reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado
11h30 - Especial
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural - Ivanildo Sax de Ouro
15h30 - Mesa Brasileira - Quitandas e Quitutes
16h30 - Diplomacia
17h30 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (Reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras (Reprise)
21h - Mesa Brasileira - Quitandas e Quitutes
22h - Salão Nobre
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (Reprise)

Como sintonizar

TV A CABO
NET, TVA e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA
Sky (canal 96), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF
João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico:
Satélite - B1
Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:
Satélite - B1
Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - ¾

SENADO

Legislativo debate gestão ambiental

JOSÉ CRUZ



Denise Zoghbi, Efraim e Marcos Túlio de Melo debatem maior representação dos interesses dos engenheiros no Congresso

Seminário destinado a assessores do Confea

O Seminário sobre Assessoramento Legislativo do Sistema Confea/Crea, realizado no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) na semana passada, debateu, com assessores do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), temas ligados à atividade de assessoria parlamentar. O encontro foi uma parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor).

Participaram da abertura do evento o 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (DEM-PB); o presidente do Confea, Marcos Túlio de Melo; a diretora-exe-

cutiva do ILB, Denise Zoghbi; e a vice-reitora acadêmica da Unilegis, Vânia Maione.

Efraim Moraes afirmou que seu nome foi lembrado para representar o Senado no evento em virtude de sua formação como engenheiro civil. Ele fez ainda um apelo para que os engenheiros procurem ter mais representantes no Congresso, com o objetivo de discutir temas de interesse da engenharia no Legislativo.

Denise Zoghbi ressaltou que o ILB uniu-se ao Confea para tornar o Parlamento mais conhecido entre os engenheiros. Marcos Túlio complementou dizendo que espera uma maior integração entre os assessores da área por ele representada e o Legislativo.

O Senado, em parceria com a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União (TCU), realiza, entre os dias 29 e 31 de outubro, o 1º Seminário de Boas Práticas Ambientais do Poder Legislativo. O objetivo do encontro é discutir experiências obtidas com a adoção de programas de gestão ambiental nos três níveis do Poder Legislativo. A iniciativa pretende conciliar a exposição de práticas desenvolvidas pelo Congresso Nacional, TCU, assembleias legislativas e câmaras municipais, com palestras técnicas sobre implantação de ações sustentáveis dentro da esfera administrativa governamental.

Participarão das discussões representantes de organizações não-governamentais (ONGs) ambientalistas, que informarão sobre atividades que podem beneficiar os órgãos governamentais,



Suplemento do *Jornal do Senado* aborda práticas desenvolvidas pela Casa

mediante acordo de cooperação firmado entre as instituições públicas e as do terceiro setor. As instituições têm programas de gestão ambiental específicos.

O Senado desenvolve o programa Senado Verde. A Câmara e o TCU desenvolvem os programas EcoCâmara e TCU Sustentável, respectivamente.

Nesta segunda-feira, às 9h30, após a apresentação do Coral do Senado, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) dará início às atividades, juntamente com os deputados Sarney Filho (PV-MA), Paulo Teixeira (PT-SP) e outros representantes do Senado, do TCU e da Câmara.

Na terça-feira, o 1º secretário do Senado, Efraim Moraes (DEM-PB), o presidente do TCU, ministro Marcos Vilaça, e o presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia, abrirão as atividades. No dia 31 de outubro, haverá o Curso de Formação de Gestores da Água em Edificações, no auditório do Interlegis, no Senado. Serão oferecidas 70 vagas gratuitas.

Ações para combater o crime organizado

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), em parceria com o Instituto de Estudos Legislativos Brasileiros (Idelb), realiza, nesta quarta-feira, o 1º Simpósio Nacional sobre o Combate ao Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro, Recuperação de Ativos de Origem Ilícita no Ex-

terior, Corrupção e o Combate ao Tráfico Internacional de Drogas. O encontro pretende desenvolver uma agenda integrada de mobilização nacional dos poderes públicos e da sociedade civil no combate ao crime organizado.

O simpósio será aberto às 9h

pelo diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, e pelo presidente do Idelb, Josué dos Santos Ferreira. O evento será realizado no Auditório Petrônio Portela do Senado e a programação completa está disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/senado/ilb/>.

Esta edição do *Jornal do Senado* deixa de publicar, excepcionalmente nesta semana, a seção *Resenha*.

Arquivo aberto

O Dia Nacional do Livro, comemorado em 29 de outubro, é o dia de inauguração da fundação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1810, por dom João VI. Em 30 de outubro de 1995, o senador Lúcio Alcântara foi ao Plenário denunciar a falta de leitura do brasileiro: "São milhões de pessoas que não frequentam escolas; são também



GERALDO MAGELA

contados em milhões os que, embora alfabetizados, não têm condições financeiras de adquirir livros". Em abril de 2007, o programa *Dedo de Prosa*, da Rádio Senado, lembrou o nascimento de Monteiro Lobato, um dos maiores escritores brasileiros, responsável pela iniciação de gerações no mundo literário. É dele a frase: "Um país se faz com homens e livros". Em 23 de abril de 2007, a

fabetismo adulto se originam da educação básica deficiente, da falta de bibliotecas públicas na maioria de nossas cidades e da falta de incentivo para que crianças e adolescentes leiam".

Há 85 anos – Em 1º de novembro de 1922, morreu Afonso Henriques de Lima Barreto. O escritor, articulista, crítico, missivista, memorialista e ficcionista nasceu no Rio de Janeiro em 13 de maio de 1881. A obra de Lima Barreto inclui os romances *Triste fim de Policarpo Quaresma*, *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, *Numa e a ninfa*, *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* e *Clara dos Anjos*, além de numerosos contos e crônicas reunidos em diversas coletâneas. O *Jornal do Senado* do dia 3 de setembro de 2004 fez menção ao programa *Autores e Livros* da Rádio Senado, que foi ao ar em 5 de setembro de 2004 com o tema *A República das Bruzundangas*, de Lima Barreto, sátira das trapalhadas econômicas, políticas e sociais do país. O senador Abdias Nascimento, em 13 de maio de 1997, prestou homenagem ao escritor, "dono de uma obra extensa e variada, que o levou a se candidatar, sem êxito, à Academia Brasileira de Letras; seu talento e valor literário só seriam reconhecidos muito tempo depois, consagrando-o, apesar de tudo, como um vencedor".

Coluna produzida pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Virgínia Galvez
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Nas horas difíceis, bom senso e calma

A inadimplência das pessoas físicas cresceu 2,3% em setembro deste ano, em relação ao mesmo mês de 2006, e as dívidas com bancos respondem por 31,9% dos casos, segundo pesquisa da Serasa. No entanto, o que os números não apontam é que, além das dívidas, uma crise financeira pode causar depressão, ansiedade, doenças e brigas em família. Veja nesta edição os conselhos dos consultores financeiros para sair do problema.

Administrando uma crise financeira

A prevenção, por meio do planejamento, ainda é a melhor arma contra a crise financeira. Mas, uma vez instalada, deve-se buscar uma solução o mais rápido possível. Quanto mais tempo se levar para resolver, menores serão as chances de sucesso, segundo os especialistas. Veja outros conselhos:

O saneamento financeiro começa com um diagnóstico da situação atual e das perspectivas no futuro. Responda:

- 1 - Qual é o problema financeiro? Como chegou a essa situação?
- 2 - Qual é a renda efetiva e como ela será num futuro próximo, (não considere imprevistos)?
- 3 - Qual é o orçamento de gastos e como eles serão num futuro próximo, desconsiderando-se ocorrências imprevisíveis?
- 4 - Existem gastos exagerados, desproporcionais?
- 5 - Quais são as dívidas?
- 6 - Qual o peso dos juros no total dos gastos?

Respondidas essas questões, fa-

ça um orçamento mensal para os próximos 12 meses. Para o mês em curso, essa projeção pode ser semanal (e até diária, se a situação financeira estiver muito difícil), de modo que se verifique a cada passo o cumprimento do orçamento e sejam feitas correções, caso necessário.

As soluções para uma crise financeira passam, obrigatoriamente, por um aumento da renda ou uma diminuição das despesas, ou ainda uma combinação das duas coisas. Lembre-se que fazer uma dívida maior com juros menores pode resolver a crise, mas não soluciona suas causas. O orçamento tem que comportar a nova prestação pelo prazo em que ela durar sob pena de a crise voltar ainda mais forte.

Para encontrar as soluções, responda:

- 1 - Qual a solução ideal para a crise? Qual é a solução possível?
- 2 - Existe um meio-termo entre as duas?
- 3 - A solução a ser adotada é arriscada? É flexível?

4 - Se existe mais de uma solução, qual delas deve ser escolhida?

Trabalho extra por um período (aumento da renda) pode ser uma boa solução, principalmente se feito em casa (pela economia de tempo e de custos com deslocamento e alimentação).

Se a renda não puder ser aumentada ou o aumento for insuficiente, é imperativo reduzir despesas. Comece cortando, pela ordem:

- 1 - Gastos financeiros: juros, multas atrasadas, excesso de tarifas bancárias (tenha apenas uma conta).
- 2 - Desperdícios e gastos supérfluos: substitua o lazer pago pelo gratuito, reduza a conta do salão de beleza, etc.
- 3 - Se for insuficiente, faça mudanças estruturais, começando pelas adjetivas: troque um carro caro por outro mais barato, compre roupa apenas nas liquidações.
- 4 - Não hesite em fazer mudanças substantivas: troque o carro pelo ônibus, deixe de comprar roupas por um período - lembre-



OTAVIO DIAS DE OLIVEIRA/FOLHA IMAGEM

Contas a pagar: além das complicações financeiras, acúmulo de dívidas pode gerar problemas de saúde e crise no casamento

se que, quanto mais efetivo for o corte, menos tempo se levará para recuperar o padrão de vida anterior à crise (desde que um padrão de vida incompatível com a renda não tenha sido o causador da crise).

5 - Dirija seus esforços aos gastos realmente significativos.

Lembre-se de que economizar não significa cortar plano de saúde e sim resistir ao carro novo, à roupa da vitrine, etc.

Reduza ao máximo o pagamen-

to de juros - pesquise, visite os bancos e financeiras, troque dívidas com prazos mais curtos e juros maiores por outras de maior prazo, desembolso mensal e juros menores. Se seu nome já foi incluído em um cadastro negativo, busque negociar a redução do valor do débito e um cronograma de pagamento que possa ser cumprido (veja na edição 104, de 12/12/2005, como "limpar" seu nome e sair das listas de restrições).

Dinheiro & casamento: o melhor é conversar antes

Disputas financeiras estão entre as principais causas de brigas no casamento. Segundo especialistas, o problema em si não é a falta ou excesso de dinheiro, mas a ausência de conversa sobre ele. Os casais em geral não prestam atenção à "personalidade financeira" um do outro antes de casar.

Conversar e definir antes as regras com relação a dinheiro é o melhor a fazer para evitar desgastes no futuro, já que cumplicidade, planejamento, organização e um pouco de disciplina são os segredos do sucesso emocional e econômico do casal:

- ✓ Definam como vão gerir o orçamento e o patrimônio: se houver consenso, o melhor é juntar os recursos - orçamentos separados geram mais despesa e investimentos separados atraem menor receita
- ✓ Estabeleçam objetivos comuns com os quais ambos estejam comprometidos
- ✓ Estabeleçam metas de poupança conjunta
- ✓ Façam e acompanhem a planilha mensal de receitas e gastos

- ✓ Revisem ou contratem seguros e planos de previdência - discutam beneficiários e coberturas
- ✓ Definam como aplicar a poupança
- ✓ Muita atenção com o Leão - analisem se é possível pagar menos Imposto de Renda com uma declaração conjunta
- ✓ Façam um testamento e lembrem-se de revê-lo caso a família cresça.



Dicas para uma separação "financeiramente" amigável

Na separação a racionalidade, tão necessária quando se trata de dinheiro, costuma ser esquecida, o que pode levar a uma divisão desequilibrada de bens e obrigações, prejudicando a família. Veja o que os analistas financeiros recomendam:

- ✓ Deixe as emoções de lado - não se trata de culpar ou punir o outro ou de se redimir por ter causado a separação. O que deve ser levado em conta são os direitos e deveres financeiros de cada um e a proteção e bem-estar que devem ser garantidos aos filhos
- ✓ Negocie de forma transparente e organizada
- ✓ Busque todas as informações - você tem o direito de saber
- ✓ Faça contas, analise os orçamentos e o patrimônio
- ✓ Lembre-se de que, se o tempo favorece sua recuperação emocional e psicológica, o mesmo não vale para a sua situação financeira - resolva o mais rápido possível, mas sem precipitação
- ✓ Troque a conta e os cartões de crédito conjuntos por uma

conta e cartões individuais - é importante evitar débitos que possam ser feitos em seu nome depois da separação

- ✓ Não faça acordos verbais e não dê dinheiro em espécie ao ex-cônjuge - coloque o acordo no papel e dê cheques ou transfira dinheiro da sua conta

- ✓ Em caso de financiamento imobiliário, o melhor é vender o imóvel e quitar a dívida - se isso não for possível, as respectivas obrigações devem ser formalizadas (condomínio, água, luz, IPTU, prestação, seguro)

- ✓ Não se apegue ao imóvel de moradia - o melhor é analisar o orçamento com bom senso. Se as crianças vão ficar com a esposa, por exemplo, ela conseguirá manter o imóvel? Se não, uma venda precipitada no futuro não poderá ser pior do que vender com calma agora e comprar um imóvel de manutenção mais barata? Lembre-se de que, se este for o único imóvel do casal e tiver valor inferior a R\$ 440 mil, estará isento de pagar ganho de capital, o que torna a transação bastante atrativa do ponto de vista financeiro.

Saiba mais

Serasa
Alameda das Quinimuras,
187 - Planalto Paulista
São Paulo (SP)
CEP 04068-900
(11) 3373-7272
www.serasa.com.br

Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)
Procure a Câmara de Diretores Lojistas (CDL) na capital do seu estado:
AL (82) 221-0909 / AM (92) 621-3500 / AP (96) 217-0515/BA (71) 320-4000 / CE (85) 433-3015 / DF (61) 218-1502 / ES (27) 3200-2180 / GO (62) 215-3800 / MA (98) 231-2211/ MG (31) 3249-1577/ MS (67) 312-5050 / MT (65) 624-0050 / PA (91) 242-7000 / PB (83) 216-3800/ PE (81) 3418-1122/PI (86) 221-6969 / PR (41) 323-6309 / RJ (21) 2506-1200/ RN (84) 211-4819 / RO (69) 224-1482 / RS (51) 3216-8000 / SC (48) 229-7000 / SE (79) 212-7700/ SP (11) 3244-3030 / TO (63) 215-4150